

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DA
GUARDA REALIZADA NO DIA 21
DE ABRIL DE 2021-----**

Aos vinte e um dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, nesta cidade da Guarda, no edifício dos Paços do Concelho e na sala de reuniões ao efeito destinada, reuniu a Câmara Municipal da Guarda, por Videoconferência, devido ao COVID - 19, com a presença dos seguintes elementos: -----

Carlos Alberto Chaves Monteiro, Presidente, Victor Manuel dos Santos Amaral, Maria Lucília Neves Pina Monteiro, Cecília D'Ascensão Escaleira Cardoso Amaro, Sérgio Fernando da Silva Costa, Ana Cristina Gonçalves das Neves Marques Correia e Manuel Daniel Felizes Simões Santos, Vereadores. -----

ABERTURA

Verificada a existência de quórum, o senhor Presidente declarou aberta a reunião quando eram quinze horas e sete minutos, tendo seguidamente colocado à votação a acta da reunião anterior que foi aprovada por unanimidade. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

- Carlos Chaves Monteiro, Presidente: “Muito boa tarde a todos e a todas. Antes da Ordem do Dia, dar conhecimento que o Dia da Liberdade, 25 de Abril, vai ser celebrado na Guarda com uma homenagem às PME Líder'20, na Sessão Solene que assinalará a Revolução dos Cravos. Devido às restrições atuais do Estado de Emergência, a cerimónia vai ter um número de pessoas limitado e também por isso terá transmissão online, via Facebook do Município, a partir do Grande Auditório do TMG, às 11h00. As comemorações começam antes, às 10h30, com o Hastear da Bandeira nos Paços do Concelho e a Guarda de Honra das três corporações de Bombeiros do Concelho. Já no período da tarde, às 14h30, vamos inaugurar as obras de ampliação do Canil/Gatil Municipal, sito nos Galegos. Este Centro de Recolha

Oficial do Canil vê assim dobrada a sua capacidade de acolhimento, passando a poder abrigar sessenta cães e trinta gatos. O Canil passa a ter novas salas de esterilização e recobro, uma área recreativa, um gatil individualizado, uma área para animais exóticos e ainda uma sala para apoio educativo. O projeto representa um investimento na ordem dos 200 mil euros. Depois de uma visita às instalações, seguir-se-á a inauguração de duas Colónias de Gatos - Projetos Piloto, no âmbito do programa Municipal CED - Captura, Esterilização e Devolução, na Urbanização das Covas e na Urbanização das Barreiras, sendo depois apresentados os cuidadores destas colónias. As comemorações do Dia da Liberdade prosseguem durante a tarde. Às 16h00, com a inauguração do Espaço Intergeneracional – Criativamente, na Rua da Trindade, no Bairro de São Vicente, Guarda. Trata-se de um espaço dinâmico e direcionado para as necessidades da comunidade, em particular para os seniores. Estão previstas atividades de teatro, estimulação psico-motora e cognitiva, Atividade Física, Música, Manualidades, entre muitas outras. O espaço irá funcionar com voluntários, técnicos do Município, parceiros da rede Social e do Conselho Municipal da Juventude. O programa comemorativo encerra às 16h30 com a inauguração do Quarteirão Sociocultural: Associações ao Largo, no Largo do Torreão. O projeto vem requalificar os panos da muralha que servem de parede de fundo das edificações na zona do Torreão e a qualificação e modernização dos edifícios públicos da Torre Velha. A ideia é localizar novas associações de âmbito cultural e social naquela área, que irão juntar-se às que já lá funcionam, trazendo ainda mais vida ao Centro Histórico da cidade. Esta obra, financiada pelo Programa Operacional Regional Centro 2020, através do Fundo Europeu de Desenvolvimento, corresponde a um investimento de mais de 500 mil euros. Dizer também que nestas atividades que vamos desenvolver no Dia do 25 de Abril, também contamos com a participação sempre frutuosa e rica das escolas e jardins de infância do nosso Concelho, e principalmente da cidade, que, com os seus trabalhos, enriquecem

também e homenageiam assim o 25 de Abril que nós comemoramos nesse mesmo dia. -----

Uma outra nota também importante. O Teatro Municipal da Guarda reiniciou a sua atividade presencial no dia dezanove de abril, com a terceira fase de desconfinamento. A primeira iniciativa que marcará esta reabertura será a exposição/instalação de arte digital designada aMostra_v.0.1 >>>no luzente alcantil da magnitude >>>> Poesia digital no TMG e que vai decorrer de vinte e dois a vinte e oito de abril. Esta mostra junta o trabalho de dez artistas locais, nacionais e internacionais. Os curadores para este evento nacional e local, conta, portanto, com Pushkhy e ManuHell, ambos, estes curadores, com raízes artísticas na Guarda. Estas obras audiovisuais foram executadas no âmbito de uma recente residência artística no TMG, ao abrigo do programa INCENTIVARTE - Incubadora de projetos artísticos. -----

Portanto, estes eram os assuntos Antes da Ordem do Dia, de maneira que passava a palavra à senhora Vereadora Ana Cristina, se ela quiser fazer uso, e subsequentemente aos restantes Vereadores.” -----

- **Ana Cristina Correia, Vereadora:** “Muito boa tarde. Cumprimento, claro está, todos os outros Vereadores e funcionários da Autarquia. Em primeiro lugar, queria chamar à atenção que já está na hora de voltarmos a ter reuniões presenciais. Portanto, já estamos na segunda fase de desconfinamento, e então acho que está na hora também de começarmos a ter reuniões presenciais. -----

Depois, tinha quatro questões a colocar. A primeira era como estamos de requalificação dos parques infantis, porque não existe essa requalificação que já foi mencionada que ia ser feita. Lamentamos não ter sido aproveitado este longo tempo de confinamento para realizar as ditas obras. Assim como a colocação dos baloiços para as crianças diferentes que eu propus e aos quais ficou acordado serem colocados na requalificação. Ainda não os vimos. -----

Depois o lixo. Mais uma vez o lixo na cidade. A resolução que foi feita nalgumas vias foi a colocação de outro contentor de lixo. O que não resolve. Piora a situação porque agora são dois contentores cheios de lixo e a emanar, portanto, os detritos para a estrada. Senhor Presidente, acho que está na altura de por cobro a isto. Portanto, isto é sistemático. Toda a gente se queixa do lixo que está nesta cidade.

Também queria saber porque é que a última ata que foi aprovada ainda não está no site da Câmara Municipal. Também tive um munícipe que me veio perguntar e veio-me questionar sobre essa questão. -----

E, por último, hoje, na minha caixa do correio, encontrei o boletim número três de “A Guarda Por Si”. Sem dúvida uma boa ferramenta de propaganda, mas, na fase difícil em que vivemos, interessava que as firmas da Guarda ganhassem algum dinheiro. Mas não. Afinal, mais uma vez, o dinheiro foi para a Maia. Para já era isto, senhor Presidente. -----

- Carlos Chaves Monteiro, Presidente: “Eu já respondo. A requalificação dos parques infantis, dizer à senhora Vereadora que lançámos já um procedimento, pouco mais de 100 mil euros para quatro parques infantis. Temos o procedimento, temos a aprovação de mais parques. Mas já lançamos, portanto, este procedimento, num valor superior a 100 mil euros para quatro parques infantis, onde contemplamos, também, as cadeiras para cidadãos com deficiência ou mobilidade reduzida. E com certeza que, ao contrário do que a senhora Vereadora refere, os parques, no período de pandemia, o seu uso estava impedido, proibido. E, portanto, a partir daqui ver se, de facto, a pandemia também dá mais liberdade aos nossos cidadãos, e nós vamos então intervir já em quatro desses parques. E sucessivamente iremos reabilitando, até ao valor e ao número de parques já identificados, reabilitando aqueles que considerarmos necessários e também com essa componente que acabou de referir. -----

Depois, a segunda questão. Uma crítica, assim a entendo, sem fundamento, sem precisar locais, sem dizer concretamente o que quer dizer com contentores do lixo que duplicamos, mas depois os detritos vão para a via. Não entendo. Não sei o que é que a senhora Vereadora quer dizer com isto. Ou consegue precisar melhor qual é a sua preocupação, porque, de facto, nós temos que ser também precisos para com as empresas que, nesta matéria, laboram na cidade. E se eu disser à empresa que temos dois contentores e que os detritos vão para a rua, ao não saber os locais onde esse lixo está, ou, mais, dizer que há lixo, considero que é muito vago, é pouco preciso, pouco esclarecedor. E, portanto, necessitamos de, não só de criticar, mas ir ao encontro, efetivamente, das questões concretas que é preciso corrigir. E eu, com a sua análise, remeterei ponto por ponto à empresa, e a empresa terá que responder claramente a cada um desses pontos, porque é para isso que nós pagamos. É para isso que os nossos impostos servem e eu quero ser um bom gestor daquilo que são as necessidades urbanas. Mas, para o efeito, temos que ser todos muito mais exigentes e concretizar melhor as nossas preocupações. A última ata não está no site. vou saber... Tenho informação, neste momento, que está.” -----

- **Ana Cristina Correia, Vereadora:** “Não, não está, senhor Presidente.”-----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Está, neste momento, garantem-me que está.”-----

- **Ana Cristina Correia, Vereadora:** “Só se colocaram agora, senhor Presidente.” --

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Não. A última ata foi aprovada hoje, irá para o site a seguir.”-----

- **Ana Cristina Correia, Vereadora:** “Claro, claro.”-----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Antes desta...”-----

- **Ana Cristina Correia, Vereadora:** “Antes desta, há outra e não está.”-----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Está no site.”-----

- **Ana Cristina Correia, Vereadora:** “Não, não está, senhor Presidente.”-----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Tenho a garantia aqui dos serviços. Pronto, mas, de qualquer maneira...” -----

- **Ana Cristina Correia, Vereadora:** “Mas é bom verificar, porque eu acabei, antes de me sentar neste computador, foi o que eu fui fazer e não está. O que está é uma coisa que diz ata, mas a gente carrega e é a dizer que a reunião de hoje foi alterada. A reunião da segunda feira, foi alterada para o dia de hoje. Mais nada. Está na secção da ata.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Senhora vereadora, não quero criar um caso por isto.”-----

- **Ana Cristina Correia, Vereadora:** “Mas, pronto, é assim. Em relação, já agora, desculpe, já que interveio...” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Sim, diga lá.”-----

- **Ana Cristina Correia, Vereadora:** “Em relação ao lixo, senhor Presidente. Então eu vou começar a nomear as ruas todas da cidade que isso acontece, se o senhor Presidente assim o quer. Porque o senhor Presidente até anda aí a passear, também deve ver. Por exemplo, eu não vou muito longe, vou aqui à minha rua, Travessa do Tanque Grande. Só tinha um contentor, estava sempre cheio de lixo. E agora tenho dois contentores sempre cheios de lixo.”-----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Sempre quê? Não percebi.” -----

- **Ana Cristina Correia, Vereadora:** “Sempre cheio de lixo, até acima. Porque, em vez de...” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “E então? Quer um terceiro contentor?” ----

- **Ana Cristina Correia, Vereadora:** “Não, não quero porque isso não resolve. O que resolve é virem fazer a recolha.”-----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Então é um problema de recolha.”-----

- **Ana Cristina Correia, Vereadora:** “Claro que é, senhor Presidente.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “É que eu não percebi, senhora Vereadora. Eu não percebi. Eu apontei o que a senhora disse...” -----
- **Ana Cristina Correia, Vereadora:** “Claro que é um problema de recolha. O senhor Presidente deve estar a brincar, vê-se bem que é um problema de recolha. Eles vêm recolher...”-----
- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Eu não entendi isso.” -----
- **Ana Cristina Correia, Vereadora:** “... uma vez ou duas vezes por semana. Não pode ser. Têm que vir diariamente. Era o que acontecia antigamente.”-----
- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Mas está a dizê-lo agora, senhora Vereadora. Eu só agora é que percebi.” -----
- **Ana Cristina Correia, Vereadora:** “Eu pensava que o senhor Presidente soubesse como é que era.”-----
- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Lixo na cidade, dobrámos os contentores e o lixo continua a ser uma necessidade para resolver.”-----
- **Ana Cristina Correia, Vereadora:** “Claro. Claro, continua. Põem contentores para continuar a não vir fazer a recolha, portanto, é a mesma coisa. Um dia destes, enche-se a rua cheia de contentores.”-----
- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Isso não é verdade, senhora Vereadora. Não é verdade...” -----
- **Ana Cristina Correia, Vereadora:** “Não. É verdade. Eles vêm cá duas vezes por semana, se tanto. E disso tenho bem a certeza.”-----
- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Tudo bem, mas a questão é um problema de recolha. Nós temos lá dois contentores, tem mais resposta. E, portanto ...” -----
- **Ana Cristina Correia, Vereadora:** “Não tem mais resposta, porque a porcaria fica lá na mesma.”-----
- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Nessa matéria, em concreto, eu irei então avaliar o problema da recolha...”-----

- **Ana Cristina Correia, Vereadora:** “Eu acho que é bom que se deve fazer alguma coisa.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “... porque assim entendi o que a senhora Vereadora me queria transmitir.” -----

- **Ana Cristina Correia, Vereadora:** “Pronto, ainda bem.”-----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “A ata... os serviços informaram-me exatamente que está lá “ata”, mas é o que a senhora Vereadora disse, está o edital.”

- **Ana Cristina Correia, Vereadora:** “Não está a ata.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Está o edital, não está a ata. Pronto, confirma-se. Eu vou mandar corrigir essa situação, mas era a informação também que me tinham feito chegar.” -----

- **Ana Cristina Correia, Vereadora:** “Os munícipes, quando me mandam as reclamações, eu não venho para a reunião sem saber se as coisas são como me dizem.”-----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Muito bem.”-----

- **Ana Cristina Correia, Vereadora:** “Fui ver, e vi que não estava. Confirmei que era verdade, por isso trazer à reunião.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “E fez bem. Mas, como sabe, eu também tenho que responder aos munícipes e todos os processos que passam por mim nem sempre permitem ver tudo. E eu não fui ver a ata e por isso pedi aos serviços também que me ajudassem nesse sentido. Mas dar razão quando se tem, como também não dar se não a tiver. E, por isso, está reconhecido o lapso que nós estávamos aqui a dirimir. E a senhora Vereadora, no caso do terceiro ponto, tem toda a razão e nós iremos corrigir. Relativamente às empresas e à ligação pouco justificada, na nossa opinião, do boletim, é uma não questão. Quer dizer, não há nada que impeça a contratualização, como sabemos a qualquer empresa e com certeza também as da Guarda foram contactadas para o efeito. E nós respeitamos muito o tecido

empresarial da cidade, do concelho. E, portanto, temos uma necessidade, há que resolvê-la. E foi com esta entidade que contratualizamos outras vezes e a esmagadora maioria das vezes é com empresas da Guarda. Portanto, não é por aí que... e além do mais também temos esta situação que foi um concurso. Houve várias empresas que vieram concorrer e apresentaram proposta nesta matéria. Mas, de qualquer maneira, fica a nota que colocou. Sendo que o processo, também em si, respeitou a concorrência e foi um processo também claro e aberto ao conhecimento público. Tenho dito. Senhor Vereador.”-----

- Sérgio Costa, Vereador: “Boa tarde a todas e a todos. Nesta reunião de Câmara, Antes da Ordem do Dia, eu começava por um Voto de Protesto. Têm vindo a público várias notícias sobre a entrada em funcionamento regular, a partir do próximo dia dois de maio, da circulação de comboios na Linha da Beira Baixa entre a Guarda e a Covilhã. De igual forma, foram divulgados os horários e as paragens em ambos os sentidos. Não posso deixar de aqui oficializar o meu protesto e a minha total solidariedade para com as populações, pelo facto de não estar prevista qualquer paragem, dos seis comboios diários, em nenhum dos sentidos, nas estações e apeadeiro da Benespera e do Barracão, na Freguesia de Panóias, deixando aquelas populações e as aldeias mais próximas sem um serviço fundamental, que pode em muito contribuir para o desenvolvimento de uma mobilidade mais sustentável, bem como o reforço da tão anunciada coesão territorial que muitos apregoam, mas que depois nada fazem para a promover. Mais grave ainda é o facto de nas estações similares do Concelho de Belmonte, como sendo Maçainhas e Caria, as paragens estarem previstas e terem sido publicamente anunciadas como tal. Será caso para dizer que alguém não fez o trabalho de casa, ou que se deixou levar pela sorte ou, mais grave ainda, a evidência da falta de peso político nos centros de decisão do país. É a Guarda que está a perder força e a importância estratégica para o seu desenvolvimento económico que noutros tempos estava sempre no topo das

prioridades. De igual forma grave é o facto de não estar a ser devidamente articulada e promovida a ligação entre o Eixo Guarda – Covilhã – Castelo Branco, existindo apenas duas ligações diárias, não se compreendendo, uma vez mais, tamanha desarticulação no serviço a prestar neste importante eixo regional. Por tudo isto, proponho que todo o Executivo se associe a este Voto de Protesto e que o mesmo seja enviado ao Sr. Ministro das Infraestruturas, à Infraestruturas de Portugal, à CP, e dar conhecimento à Assembleia Municipal e a todos os Partidos com assento na Assembleia da República, exigindo um tratamento com equidade e a paragem das composições nas estações apeadeiro do Barracão e da Benespera, bem como a necessária articulação do eixo regional Guarda – Covilhã – Castelo Branco, com o aumento das ligações diárias. -----

Um segundo ponto sobre a criação da UEPS da GNR e a sua fixação na Guarda. Recordando o ano 2018, foi então publicado em Diário da República a criação da nova Unidade Especial de Proteção e Socorro da GNR, que iria substituir a anterior força GIPS, por força da necessidade do reforço dos meios da GNR nesta área de atuação e cuja fixação no território nacional seria, em devido tempo, definida num qualquer concelho de baixa densidade. Em Janeiro de 2019, após intensos contactos e reuniões com a tutela governamental de então (o Gabinete do senhor Secretário de Estado da Proteção Civil), consegui convencer o anterior Presidente a enviarmos uma carta ao senhor Ministro da Administração Interna, propondo a sua fixação na cidade da Guarda, tendo-se seguido mais uma série de rondas negociais, que vieram meses mais tarde a dar os seus resultados, culminando com o despacho Ministerial para a fixação da sede do Comando Nacional da UEPS da GNR na Guarda. Passaram já dois anos desde aquela importante decisão, que poderá trazer duas a três centenas de militares para a Guarda, uma importante alavanca para o tecido económico da nossa cidade e concelho, mais de quarenta anos depois do fim do Regimento de Infantaria 12 e do Batalhão de Caçadores 7 que aqui estiveram

sedeados durante dezenas de anos. É, pois, um grande orgulho ficar, desta forma, associado à história da Guarda. O tempo é de todos unirem esforços, não se deixando enrolar com desculpas atrás de desculpas e ver continuamente ser adiada esta grande concretização para a Guarda. O Comando da UEPS continua em Coimbra e muito mais que o ato ilusionista da entrega do estandarte da unidade, urge não deixar escapar por entre os dedos das mãos, como se de água ou vento de tratasse, a sua fixação célere na Guarda de duas a três centenas de militares, muitos deles quadros superiores e originários da beira alta. -----

Um terceiro ponto sobre as inaugurações nas comemorações dos quarenta e sete anos do 25 de Abril. Mais uma vez o senhor Presidente mostrou a sua assinatura antidemocrática ao me ter injuriado e insultado de novo na última reunião de Câmara, quando referiu expressões em relação à minha pessoa como, e passo a citar, “a melhor coisa que aconteceu no último ano foi o abandono da incompetência que o senhor é titular nesta Câmara” e continuou, continuo a citar: “o senhor é incapaz de assumir responsabilidades” e ainda “sua incompetência em termos daquilo que é o desenvolvimento das obras ao longo de vários anos”, e mais “devido à sua incompetência, à sua incapacidade de realizar mais e melhor”, e mais “o senhor não é medida de coisa nenhuma”, e mais “a sua incompetência, a sua incapacidade de perceber o que o senhor é, não o permite ir mais longe”, e mais ainda “com a convicção clara que o senhor mereceu perder os Pelouros” e terminando “se o senhor aqui estivesse, a Guarda recuaria, não era dez anos, era vinte anos atrás”, fim de citação. Senhor Presidente, esta postura contínua de injúrias, insultos e ameaças a que o senhor já nos tem habituado, é lamentável para quem ocupa o cargo de Presidente de Câmara da Guarda, embora todos saibamos que por substituição. Senhor Presidente, mais uma vez lhe digo que eu não sou um espelho. E devo aqui registar mesmo em ata que estou muito orgulhoso no trabalho que desenvolvi ao longo de mais de seis anos nesta casa, em conjunto com os técnicos e com todo o

meu gabinete, ao qual estou muito grato. As diferenças estão bem à vista de todos. Ao ler o Programa das Comemorações do 25 de Abril, mais orgulhoso ainda fiquei, com as inaugurações que vão ser efetuadas das Obras de Ampliação do Canil/ Gatil Municipal e do Quarteirão Associativo do Torreão. São duas obras que têm mesmo a minha assinatura completa, aqui se evidenciando a competência sempre demonstrada no desempenho do cargo público, sempre bem coadjuvado pelos técnicos e pelo meu gabinete. Estava bem certo quando, em 2015, propus ao Executivo a criação do Quarteirão Associativo do Torreão, como uma forma de dar melhores condições às nossas Associações, dando mais vida ao Centro Histórico. Relembro aqui o que referi na última reunião de Câmara, sobre a necessidade de em breve proceder à atribuição dos espaços a algumas Associações. Por isso, solicito, uma vez mais, que seja apresentada nesta Câmara uma proposta de regulamento de atribuição de espaços do Município para Associações, de forma a que a atribuição possa ser feita com equidade, de forma justa, de acordo com as suas reais necessidades e não sob a orientação de um qualquer lápis azul, como temos vindo a assistir ao longo do último ano. No que diz respeito à ampliação do Canil/ Gatil Municipal, fruto de um árduo trabalho de planeamento e auscultação das Associações e dos utilizadores, propus ao Executivo a sua concretização, tendo o projeto sido desenvolvido pelos técnicos do Município durante os anos de 2018 e 2019 e a obra lançada ainda em 2019. Trata-se de um marco muito importante para a nossa cidade, para o nosso concelho, que verá aumentada em muito a sua capacidade, a grande melhoria das condições para os animais errantes da Guarda, bem como dos concelhos de Manteigas e do Sabugal, fruto dos protocolos de recolha existentes. Afinal a competência está bem à vista de todos, de quem pensa, de quem planeia, de quem valoriza, de quem licencia, de quem executa e não de quem apenas se aproveita do trabalho dos outros, querendo disfarçar o que nada consegue fazer com injúrias, insultos, ameaças, com o medo das sombras da competência. A Guarda saberá no local certo e na altura adequada saber

julgar as atitudes que cada um toma e tomou no presente e no passado, fazendo refletir as suas decisões para o futuro. Antes da Ordem do Dia é tudo.”-----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Muito bem. Não para o senhor Vereador, mas para todos ficarmos cientes do que está a acontecer. De facto, há quem olhe para as redes sociais e goste de fazer o alarme social, mas não é essa a postura do Executivo, do Presidente também não. E, portanto, responsabilmente, falei com a direção da CP. Quis saber quais são os horários e como é que vai proceder todo o trânsito, portanto, tudo o que é o transporte na linha férrea da Beira Baixa. Essa situação, foi-me transmitido o conjunto de medidas que iriam desenvolver para afinar aquilo que consideramos que é uma necessidade de todas as populações, quer na Guarda, quer em Belmonte, quer na Covilhã, quer no Fundão. E sei que hoje mesmo há uma reunião com o Conselho de Administração da CP, exatamente onde os horários e as paragens dos transportes ferroviários, que acontecerão a partir do mês de maio na linha da Beira Baixa, serão definidos. Portanto, eu disse sempre, porque ouvi esse ruído e há muita gente que gosta que o ruído se sobreponha à realidade, nós somos responsáveis e não é assim a nossa forma de estar na causa pública, e, portanto, aguardo por escrito uma resposta da CP na sequência da reunião que está a acontecer hoje, exatamente para definir os horários, quer na linha da Beira Baixa no Concelho da Guarda, quer também nos Concelhos limítrofes, como Belmonte, Covilhã e Fundão. E, portanto, até lá, aguardo que me seja dada essa informação e depois poderemos, de facto, tomar posições posteriores se, porventura, aquilo que alguns apregoam, e na verdade se apregoam também querem que aconteça, nós não queremos que aconteça, e, portanto, aguardamos serenamente, demonstrando, como demonstrei na reunião que fiz com o representante do Presidente da CP, porque o mesmo está em convalescença de uma operação, assim me transmitiram, de uma operação cirúrgica que teve, e me foi dito que nos iriam dar a informação ainda no dia de hoje, o mais tardar amanhã, sobre esta matéria. E nós

acreditamos que a situação estará protegida, naquilo que também pode ser, ou vir a ser uma preocupação das nossas gentes, do nosso concelho e também do Presidente da Câmara. Depois também dizer, senhor Vereador, o centro de decisão política do país, uma decisão da CP? A CP, que eu saiba, é uma empresa que tem capitais públicos. Mas que esta decisão seja política é que eu não entendi. Portanto, acho que deve também começar a analisar lá os compêndios de política, de estratégia e também de exercício do direito administrativo, para perceber claramente que aqui não se trata de nenhuma decisão política. Aqui trata-se de uma decisão de uma empresa. Uma decisão de uma empresa que ainda não foi comunicada à comunidade, não foi comunicada ao Presidente da Câmara. E, portanto, nós, a seu tempo... aguardo que essa decisão empresarial possa corresponder, é isso que todos desejamos, àquilo que são os anseios da nossa população, cujos esses anseios não são reserva material ou imaterial de nenhum de nós. É de todos. Todos defendemos o interesse público. Todos queremos que as coisas aconteçam no território. E, portanto, a gente apropriar-se de reservas patrimoniais ou imateriais daquilo que são valores de todos, acho que isso também não fica bem a ninguém, como também não me parece que seja aquilo que o senhor Vereador quer significar com as suas palavras. E, portanto, ao que eu tinha que responder, respondi. Penso que o resto todos nós estamos esclarecidos. E, portanto, passaria aos assuntos da Ordem do Dia, se ninguém mais quiser fazer uso da palavra.” -----

DOCUMENTOS PARA CONHECIMENTO

- “Reabilitação de pavimentos e paredes interiores do Centro Escolar da Sequeira” - Auto de receção provisória. -----
- “Limpeza e remoção de entulho existente no conjunto dos três edifícios no Centro Histórico da Guarda” - Auto de receção provisória. -----

ORDEM DO DIA

Ponto 1 - Aprovação da Prestação de Contas do Ano de 2020 do Município da Guarda - Discussão e Votação e Posterior Envio à Assembleia Municipal. -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM N.º 467/2021

Considerando que: -----

• De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, os documentos da prestação de contas individuais das autarquias locais são apreciados pelos órgãos deliberativos durante o mês de abril do ano seguinte àquele a que respeitam. -----

No entanto, atendendo à complexidade e dificuldade inerente ao processo de transição e adaptação ao SNC-AP agravados pelos efeitos da pandemia, veio desde logo, o n.º 2 do artigo n.º 132.º do LOE 2021 prever que estas pudessem ser submetidas à reunião da Assembleia Municipal e remetidas a julgamento do Tribunal de Contas, até 30 de junho de 2021;-----

• O Município da Guarda decidiu não utilizar tal prerrogativa legal, e por isso procedeu à elaboração e apresentação das contas para que, nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo n.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, sejam apreciadas e votadas pela Assembleia Municipal, na sessão ordinária de abril; -----

• O documento da Prestação de Contas foi elaborado em cumprimento dos princípios contabilísticos determinados pelo novo normativo contabilístico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), na sua redação atual e pela Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual. Foram consideradas as normas de contabilidade pública (NCP) elaboradas com base nas normas internacionais IPSAS (International Public Sector Accountig Standards).-----

Teve ainda em consideração a instrução n.º 1/2019 de 6 de março - “Prestação de Contas das entidades sujeitas à jurisdição e aos poderes de controlo do Tribunal de Contas” e a Resolução n.º 2/2020, de 23 de dezembro de 2020 – “Prestação de Contas relativas ao ano de 2020 e gerências partidas de 2021, emanadas pelo Tribunal de Contas. -----

Nesta conformidade, tenho a honra de propor, ao abrigo do disposto no n.º 1 al. j) do artigo n.º 35.º, da Lei 75/2013, de 12 setembro, na sua redação atual, que a Câmara Municipal *delibere*:-----

1. Aprovar, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e do disposto no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, com as devidas alterações, a Prestação de Contas de 2020;-----

2. Nos termos conjugados da alínea a) do n.º 2 do artigo n.º 25.º da referida Lei n.º 75/2013 e do artigo n.º 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, ambas na sua redação atual, submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “A Prestação de Contas de 2020, também já um documento onde estão refletidas as contas do Município da Guarda, do ano 2020, com novas regras. O SMC-AP é o novo sistema de contabilidade pública e ao qual nós também tivemos que nos adaptar. Há alterações significativas na forma de evidenciar o desempenho orçamental, também contabilístico e também em termos financeiros, do Município da Guarda, de acordo com as novas regras. E, portanto, este documento traduz hoje a realidade que nós já conhecemos e que ao longo dos anos nos empenhámos para fazer acontecer no território e cujo desenvolvimento e equilíbrio financeiro é evidente, mas que podemos, de facto, também tentar sintetizar numa pequena súmula que eu aqui irei expor, sem estar a ser exaustivo da análise pormenorizada de todo o documento. Dizer que este ano de 2020 temos a evidenciar,

na despesa, o impacto das medidas de combate ao Covid-19. Só para termos uma ideia, de forma direta foram mais obrigações assumidas em mais de 600 mil euros. Por sua vez, também ao nível da receita, tivemos aqui uma diminuição, fruto do Covid, uma diminuição da receita na ordem dos 470 mil euros, no ano de 2020. É um impacto significativo, não só porque contávamos, em 2019, vir a receber, tínhamos uma expectativa de receber um conjunto de valores que ajudariam, efetivamente, também na prossecução do interesse público. Assim não aconteceu. Assim também nós compreendemos porque não aconteceu. Outros valores se colocaram nas opções políticas, mas também nas opções em termos de prioridades assistenciais de solidariedade e também de saúde dos nossos cidadãos. E, portanto, tivemos que afetar aí um conjunto também de apoios financeiros que se traduziu no aumento, só para esta área, de mais de 600 mil euros. Depois, de referir aqui que o passivo do Município totaliza um montante de 50 milhões de euros e registou um decréscimo, em relação ao ano anterior, de 1,3 milhões de euros, sendo certo que o património líquido aumentou também aqui no valor de cerca de 4,1 milhões de euros, 2.7 em relação ao valor apresentado em 2019. Dar também nota, no âmbito da demonstração de resultados, e agora com a nova nomenclatura que temos, o rendimento e os gastos, neste período de 2020, os rendimentos diminuíram cerca de 3,7 milhões de euros, em termos de rendimentos face ao período homólogo 2019. E os gastos também diminuíram, houve também uma diminuição naquilo que eram os custos correntes e normais do Município em 3,13 milhões de euros. Houve, portanto, diminuição do rendimento, também houve uma diminuição dos gastos. Ainda assim, há um diferencial de cerca de 400 mil euros, entre o rendimento perdido e os gastos que não foram efetuados. Destacamos também uma diminuição do número de recursos humanos, de 2019 para 2020, em cerca de vinte e três trabalhadores a menos. Um desempenho orçamental, onde a execução orçamental na receita atingiu os 88% e a execução orçamental na despesa os 72%. Depois, dar nota também de que, ao nível

do equilíbrio orçamental, o Município está em equilíbrio orçamental. Apresentando aqui a despesa corrente total paga, acrescidas as amortizações médias, está abaixo da receita corrente bruta cobrada em cerca de 3,9 milhões de euros. E, aí, nesse sentido, estamos em equilíbrio orçamental. Não há desequilíbrio. E, também, relativamente ao endividamento, nós também temos uma situação de equilíbrio, porque a dívida total a terceiros não é superior à receita corrente média líquida cobrada nos últimos três anos. E, portanto, está também abaixo de 1.5, que é o limite máximo para que esta situação se possa verificar. Nós estamos a cerca de 0,48% e, nesse sentido, apresentamos também aqui uma situação de equilíbrio ao nível do endividamento. Por sua vez, também o prazo médio de pagamentos, em relação ao período homólogo de 2019, passou, em 2019, de trinta e quatro dias, para quarenta dias em 2020. Houve um aumento de seis dias como prazo médio no último trimestre de 2019, em comparação com o último trimestre, último trimestre não... em relação ao ano todo de 2020, que é hoje de quarenta dias. Hoje, dezembro de 2020, quarenta dias. Há uma diferença, portanto, de trinta e quatro para quarenta dias. Seis dias de diferença. Não é significativo. Estamos muito abaixo dos noventa dias que a lei impõe para nós cumprirmos esta regra do prazo médio de pagamentos não ultrapassar os noventa dias. Depois, também, relativamente aos pagamentos em atraso, não existem pagamentos em atraso. Portanto, pagamentos que ocorram para além dos noventa dias, está tudo dentro do prazo que a lei estipula. E também apresentamos fundos disponíveis positivos em 2 milhões de euros, um pouco menos do que 2019, mas uma diferença de apenas cerca de 500 mil euros. Sendo que, em 2019, estávamos a falar de 2.5 milhões e atualmente tem 2 milhões de euros de fundos disponíveis, que garantem, efetivamente, a assunção de compromissos, não violando, antes pelo contrário, cumprindo a lei que nos é aplicada e que nos regula nesta matéria. De maneira que, se quiserem algum esclarecimento ou colocar alguma questão, estou disponível.”-----

- **Ana Cristina Correia, Vereadora:** “Senhor Presidente, todos sabemos que as contas do Município da Guarda estão em derrapagem acentuada para as eleições autárquicas do presente ano. Este documento apresenta um conjunto de investimentos denominados como investimentos estruturantes, construção dos Passadiços do Mondego. Estamos a falar de 2020. O ano já findou e ainda não existem os referidos Passadiços. Já estamos em 2021, também ainda não existem os famigerados Passadiços. Assim, estamos no mundo real e não no mundo virtual. O atual estado de Pandemia que assolou o mundo, influenciou negativamente as nossas vidas e tudo o que nos rodeia. A prestação de contas também apresenta uma influência negativa, devido ao momento que vivemos. As medidas de Salvaguarda tão propaladas tiveram boas intenções, mas ficaram aquém do pretendido. Todos os guardenses reconhecem este desígnio. Os apoios apresentados na presente na prestação de contas, representam pouco mais de 600 mil euros. Investimento direto, pouco mais de 215 mil euros e investimento indireto cerca de 386 mil euros. Também ocorreu uma diminuição da receita das medidas de combate aos efeitos da Covid-19, na ordem dos 400 mil euros. Assim, podemos afirmar que o investimento da Autarquia para mitigar os efeitos da Pandemia foi de cerca de 1 milhão de euros. Podemos afirmar que representa pouco mais de 5% dos rendimentos da Autarquia, no ano de 2020. Questiona-se o Executivo se considera o valor ajustado à gravidade da situação, conforme consta no quadro um e dois da página trinta e quatro e trinta e cinco. Durante o ano de 2020, não foi aprovado qualquer fundo financeiro para mitigar a Pandemia, conforme descrito nos fundos específicos no âmbito da Pandemia, página trinta e cinco. O Programa Salvaguarda Empresas só foi agora aprovado em 2021 e já sabemos que se tornou em mais um autêntico fracasso, por três motivos: a adesão ao programa, o valor dos apoios concedidos às empresas e o montante envolvido. Este programa elaborado pelo Executivo, denotou a falta de visão e incapacidade de gerir uma crise como a que vivemos. O passivo do Município totaliza mais de 50 milhões

de euros e aumentou, em mais de 1 milhão de euros, as previsões no período compreendido entre 2019 e 2020, conforme quadro do passivo na página trinta e oito. Continuam as artimanhas contabilísticas de forma continuada e persistente, apanágio da vossa governação, que resultou numa execução de taxas na ordem dos 90% ao nível das receitas, conforme quadro na página quarenta e dois. As despesas de capital são despesas geradoras de investimento no quadro anual, apresentam um decréscimo de mais de 7,5 milhões de euros em termos de execução, correspondendo a uma taxa de execução inferior a 50%. Assim, o investimento gerador de desenvolvimento do concelho ficou a menos de 50%, conforme quadro da página quarenta e dois. A evolução das grandes opções do plano demonstra uma diminuição da atividade económica correspondendo a 62%, que poderia ser justificada pela Pandemia não fosse o resultado de 2019, também na ordem dos 67%, praticamente semelhante. Estes valores determinam uma atuação em baixa da atividade económica no nosso concelho com responsabilidade direta do Executivo do Partido Social Democrata, página cinquenta, evolução das taxas de execução das grandes opções do plano. As funções sociais na despesa das grandes opções do plano, diminuíram, entre 2019 e 2020, cerca de 4 milhões, uma redução drástica com consequências nefastas e imprevisíveis para a sociedade civil da Guarda, nomeadamente ao nível dos mais desfavorecidos. O aparecimento de episódios de extrema pobreza na nossa região, carecem de uma atenção especial e de um programa autárquico direcionado para fazer face a estes problemas. A capacidade de antecipar e propor soluções para os problemas emergentes é uma das missões da Autarquia, página cinquenta e dois, despesas pagas nas funções das grandes opções do plano. Outro indicador que demonstra a quebra abrupta da atividade realizada, é a liquidez imediata que baixou mais de 30% em relação ao ano de 2019, página sessenta e cinco, quadro da liquidez imediata. O resultado líquido do exercício de 2020 foi negativo em mais de 350 mil euros. Deste facto podemos confirmar a degradação continuada e persistente ao longo

do tempo das contas da Autarquia, página setenta e dois, quadro de demonstração dos resultados por natureza. As provisões aumentaram em mais de 1 milhão de euros no período homólogo 2019 e 2020. Assim, existe uma prática continuada e reiterada pelos Executivos do PSD para não pagar as faturas dos serviços fornecidos, quando falamos em pagar a fatura mensal da água à empresa Água do Vale do Tejo. Salientamos que ainda agora esta fatura não é paga na totalidade, aumentando a dívida em processos judiciais, página cento e três, mapa das provisões. Quanto à execução anual do plano plurianual de investimentos, salientamos, a título de exemplo, as seguintes execuções: despoluição do Rio Diz e Noéme (depois de tantos anúncios e promessas, mesmo do seu antecessor e Presidente eleito, na comunicação social, a execução deste investimento é de 0% e tantos outros investimentos, em tempos considerados prioritários, com execução de 0% ou inferiores a 2%); a requalificação de parques infantis; a requalificação dos acessos à estação de passageiros e Terminal Rodoviário; Centro de Exposições Transfronteiriço; Centro de Inovação Tecnológica; Centro de Valorização dos Produtos Endógenos; concessão de incentivos ao investimento; criação líquida ao emprego e Transportes Urbanos da cidade. Realçava ainda a não realização do orçamento participativo, página cento e quarenta e cinco e seguintes. Como sabem, é obrigatório os rendimentos dos titulares dos cargos Executivos e não estão expressos neste relatório. Agradecia a sua inclusão. Pelos motivos expostos, o Partido Socialista vota contra.”-----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Senhora Vereadora, pelo menos há uma evolução na análise que o Partido Socialista faz, porque leu a prestação de contas. O que é bom. É pena é que não tenha percebido nada do que estava na prestação de contas e isso é que é mau. Porque, se tivesse percebido alguma coisa, pelo menos teria dito alguma verdade. É que não disse nada. Verdadeiramente, a senhora Vereadora do Partido Socialista consegue aqui traçar um cenário que... bem, não quero falar da história. Já que a senhora Vereadora não quer falar da história do

Partido Socialista e da governação, também não deve gostar muito de história e eu também não vou dar lição de história nenhuma. Vamos falar do presente. Depois, derrapagem para as eleições Autárquicas. Derrapagem para as eleições Autárquicas? De facto, isso faz parte da memória de qualquer socialista e da senhora Vereadora em particular. Porque esta visão de estoirar o dinheiro, do populismo, para conseguir ganhar o poder, nós já estamos fartos disso, senhora Vereadora. O povo português, a Guarda, em particular, já não vai por aí. Ou nós temos, de facto, investimentos que justificam o bem-estar, o desenvolvimento, a valorização do futuro para os nossos jovens que nós queremos que fiquem no território, e por isso temos dado bom exemplo daquilo que temos feito. Mas, agora, com esta visão redutora, maniqueísta, esta visão politiqueria da senhora Vereadora, de facto, já não colhe e parece que o caminho não tem que ser por aí. Mas continuando, senhora Vereadora. Os Passadiços não existem? Afinal não há só iliteracia financeira. Também há desconhecimento virtual e da realidade também. Não conhece a obra dos Passadiços? Ainda não foi ver o que estava a acontecer no Vale do Mondego? Pergunto, senhora Vereadora, ainda não viu o que está a acontecer no Vale do Mondego? Mas pronto, mais uma vez, conseguimos aqui perceber que o discurso do Partido Socialista é tão realista que consegue ignorar um dos maiores investimentos dos últimos anos no Concelho da Guarda. Mas assim continuaremos. E é por isso que, de facto, o Partido Socialista, mais uma vez, terá que ser sancionado no futuro. Porque esta visão, ou a falta dela, daquilo que é a realidade do que tem acontecido nos últimos Executivos do PSD, aí estamos de acordo, não foi do PS. Porque senão sabíamos o que é que ia acontecer se fosse o Partido Socialista. Mas ainda bem que não. Depois, eu pergunto à senhora Vereador. Em vez de perguntar se 1 milhão, de forma direta, é muito ou pouco, eu pergunto à senhora Vereadora o que é que ficou por fazer no período de Pandemia? O que é que a senhora Vereadora faria diferente, em relação ao Partido Social Democrata? Isso é que era importante dizer. Quais foram as medidas que faltaram

para dar resposta àqueles que mais precisaram? Quais foram as medidas que faltaram às Instituições de Solidariedade Social? Quais foram as medidas que faltaram à ULS e ao Centro de Saúde para dar resposta à testagem e à vacinação? Diga senhora Vereadora. Diga concretamente o que é que faltou. Não queira pôr dinheiro em problemas que o Partido Socialista não consegue: primeiro - gerir; segundo - arrecadar; terceiro - aplicar. A não ser em momentos de eleições Autárquicas, onde aí o Partido Socialista sabe. E a senhora Vereadora falou muito bem sobre aquilo que é o foco principal do Partido Socialista: ganhar eleições a todo o custo, nem que seja esturrar o dinheiro público, seja para aquilo que for e não para aquilo que é essencial. Não apresentou uma única medida que faltou fazer este Executivo para dar resposta à Pandemia. E a contrário, mais uma vez, um fracasso no apoio às empresas? Nós lançámos este procedimento, lançámos esta medida e este fundo de apoio extraordinário às empresas. Foi reconhecido pela AHRESP, foi reconhecido por outros colegas até, que quiseram partilhar experiência a este nível daquilo que seria a forma mais adequada para chegar às empresas no período de Pandemia. O modelo que nós concretizámos, foi o modelo que foi, pelo menos, estudado por outros municípios. Portanto, dizer que trezentas empresas... a senhora Vereadora consegue reconhecer este número? Trezentas empresas beneficiaram desta medida. Mas a senhora Vereadora considerou que era um fracasso. Porquê? Tinham que ser trezentas e dez? Tinham que ser quinhentas? Diga-me lá, senhora Vereadora, a partir do momento em que o número das empresas levaria a considerar que já não era um fracasso. Gostaria de saber qual era o número ou a fasquia que o Partido Socialista coloca, para dizer que a partir deste número já não é fracasso, e até àquele número é fracasso. Portanto, também não reconheço, senhora Vereadora. É inadmissível, é incompreensível, de facto, a forma como aparentemente aprofunda a análise do documento e depois retira conclusões que são injustificáveis. Conclusões que não são responsáveis sequer para estar, de facto, a serem publicitadas e muito menos para

serem ouvidas pelos guardenses, porque é demagogia e populismo puro olhar para o lado e fazer que não vê aquilo que este Executivo tem feito nos últimos anos. Depois, dizer-lhe que as funções sociais... eu pergunto, antes dessa também. As opções no plano económico, houve um abrandamento e uma redução da atividade económica no concelho da Guarda. Muito bem, senhora Vereadora. Muito bem. Uma análise, aqui profunda, mais uma vez. E eu pergunto, e o país e o governo do Partido Socialista? Põe a economia a avançar mais do que o concelho da Guarda? Eu pergunto-lhe, o Partido Socialista, conseguiu o Governo Português... estamos em época de abrandamento ou de aceleração no país? Afinal que análise é esta? Para o país permitimos tudo, porque é do Partido Socialista. Mas na Guarda, não havendo abrandamento, mas mantendo a mesma estabilidade e a mesma evolução económica, a senhora Vereadora vem dizer que há um abrandamento inexplicável, a expressão é minha, mas injustificado da atividade económica. Não querer olhar para os números, não querer saber o que aconteceu no último ano, é, de facto, alguém que está cega, que não aprofunda, não faz parte dos problemas atuais da sociedade. Porque, se os conhecesse, com certeza teria resposta para a sua pergunta. Há, de facto, abrandamento. Mas é um abrandamento na europa, é um abrandamento no país governado pelo seu partido, e também nas circunstâncias atuais não poderíamos estar desalinados, como sabe, porque os problemas são muitos e a Pandemia, ainda para mais, os veio a agravar. Portanto, eu pergunto-lhe se, no âmbito nacional, se o Partido Socialista está, de facto, a relançar e há uma aceleração no investimento e na economia Portuguesa. O relatório diz claramente nas ações sociais... nas ações sociais? As funções sociais têm sido uma prioridade do Município e também se pode observar que foi aquela, das funções todas, que teve maior variação positiva, senhora Vereadora. A senhora Vereadora, além de escamotear este pressuposto, vem dizer que não apoiámos as famílias, os mais carenciados, aqueles que mais precisam? É exatamente o contrário, senhora Vereadora. Leia o relatório nas páginas que referiu.

Mas leia corretamente. Veja que as funções sociais foram aquelas funções que tiveram maior variação positiva, em toda a execução orçamental e na execução financeira, no ano transato. Dizer-lhe que a liquidez imediata diminuiu. O resultado líquido de 350 mil euros. Senhora Vereadora, estes 350 mil euros, de facto, é um resultado líquido negativo. Mas o resultado líquido, ao contrário das empresas que visam o lucro, aqui o que se demonstra é que nós fomos para além na nossa capacidade de investimento. Nós gastámos mais naquilo que estava previsto, que estava planeado, gastámos mais porque foi necessário. Mas não gastámos em despesas correntes, com os funcionários. Não estamos mais. Eles até diminuíram em número. Nós gastamos mais naquilo que foi o cumprimento das necessidades e das funções que estamos obrigados a assumir e a dar resposta. Gastámos mais e, por isso, tivemos aqui um défice de 300 mil euros. Mas 300 mil euros, não é nenhuma situação grave que não seja gerível, que não seja controlável, porque já saímos há muito daquele colete de forças do passado, do Partido Socialista, onde gastar dinheiro é gastar dinheiro. Sabe-se lá para quê, mas é necessário gastar dinheiro. Ou seja, temos a função social: gastou-se pouco, tem que se gastar mais. Temos a função económica: gastou-se pouco, tem que se gastar mais. O problema do Partido Socialista é gastar mais. É mais, mais, mais... Mas não sabe porquê, nem sabe o resultado, não sabe avaliar a consequência. A liquidez e o resultado líquido, ao contrário das empresas, porque é efetivamente o lucro que visam e os resultados líquidos negativos é prejudicial para a vida das empresas, o mesmo não acontece nos Municípios, o mesmo não acontece na causa pública. Exatamente porque, nestes casos, se gastámos mais, mais necessidades coletivas e necessidades públicas satisfizemos. E como não houve desperdício e satisfazemos mais necessidades dos nossos cidadãos, então é este o caminho. É este o caminho de responder cada vez mais de uma forma direta, de uma forma positiva, de uma forma adequada, àquilo que são as exigências dos nossos cidadãos. Depreciação nas contas da Autarquia, porque as provisões aumentaram no

período homólogo, porque não pagámos... senhora Vereadora, eu, também nem é a minha área de intervenção. Sou jurista, como sabe. Não sou economista, mas as provisões não têm a ver nada com aquilo que é pagamento de faturas. Eu li à senhora Vereadora e a todos os Vereadores um ponto que tem a ver com o pagamento médio, o período médio de pagamentos. E o prazo médio de pagamentos anda em quarenta dias. Senhora Vereadora, a ver se percebe uma coisa. Eu tenho que ser assim porque já não tenho paciência. Não tenho paciência. Não tenho paciência para ouvir que continuamos a fazer aquilo que o Partido Socialista fazia, empurrar com a barriga o pagamento aos fornecedores, a destruir empresas, postos de trabalho, a destruir a economia do concelho. Isso já passou. Nós pagamos em quarenta dias, senhora Vereadora. Pagar em quarenta dias, aquilo que muitas vezes nós sabemos que podia ser pago, ainda legalmente e dentro dos prazos aceitáveis, de noventa. Nós pagamos em quarenta exatamente para ajudar a economia, para ajudar os pequenos empresários, para que eles possam continuar a investir no seu negócio, para continuar a dar solidez à sua empresa, a apoiar os postos de trabalho e a incentivar até o aumento desses postos de trabalho. A senhora Vereadora consegue juntar aqui duas coisas que não têm nada a ver uma coisa com a outra. Mas se eu quiser tentar dar razão, se eu quiser tentar perceber a razoabilidade, que não tem, dos seus argumentos, olhe, ok. As faturas que não foram pagas das águas. Voltamos outra vez à questão das águas, que os serviços que são fornecidos o Município não paga, e vai usar logo a dívida que o Partido Socialista criou desde 2010? Estamos em 2021. Há onze anos. Quem criou o problema do não pagamento das águas foi o Partido Socialista. E nós, hoje, sofremos as consequências disso. Como sofremos as consequências de erros crassos, em tempos passados, que o Partido Socialista fez, mas que ainda onera o presente. E fique com a noção, é também por isso que o Partido Socialista tem que ser julgado nas eleições de 2021. É por aquilo que fez no passado que ainda onera o presente. E não podemos ter um futuro mais risonho, porque foi catastrófica a

governança do Partido Socialista e que a senhora, com a sua intervenção e com as suas palavras, acabou de alimentar, acabou de reforçar. Porque nós pagaremos, senhora Vereadora. De uma vez por todas, a ver se nos entendemos. Nós pagaremos, mais uma vez, as dívidas do Partido Socialista. Só que, sabe, nós somos responsáveis. E quando o tribunal decidir, nós iremos pagar as dívidas que os senhores cá deixaram. Mas pagaremos na estrita medida em que salvaguardará também o interesse que o Partido Socialista não salvaguardou, que as águas não salvaguardaram, mas que este Executivo irá salvaguardar. E pagará na estrita medida daquilo que a justiça, e por isso os tribunais fazem justiça, e, no âmbito da justiça, nós pagaremos aquilo que for exigido, que estiver justificado e que os tribunais nos pedirem. Mas não aquilo que foram erros crassos que condicionam o futuro da Guarda e praticados pelo Partido Socialista. E, portanto, não me misture pagamento de faturas a fornecedores com amortizações. E não venha agora dizer que a situação económico-financeira mais negativa, na sua perspetiva, do Município, que resulta do não pagamento das faturas da água à instituição Águas do Tejo, porque esse foi um problema, mais um, que o Partido Socialista criou e não resolveu, e que o Partido Social Democrata tem que resolver. Depois, como sabe, de acordo com as novas regras, o Plano de Investimentos Plurianuais são muitos os investimentos. E a senhora Vereadora preocupa-se com a não realização dos mesmos. Eu também, por isso eles estão aqui previstos. E estão aqui previstos exatamente para nós os concretizarmos. É fundamental, faz-se já aquilo que se fez, em termos de investimentos, nos acessos ao Terminal Ferroviário. Podemos fazer mais. Ainda agora, esses acessos, foi lançado o procedimento concursal. A senhora Vereadora sabe tão bem como eu. Foi lançado este procedimento concursal. O Centro Tecnológico é um projeto que queremos desenvolver. Temos tempo para o desenvolver, porque estamos a fazer outras ações que o Partido Socialista devia reconhecer e não reconhece, portanto, muito menos aqueles que estão na calha para serem apresentados. Os produtos endógenos, o Centro

de Produtos Endógenos é uma realidade. Está concretizado num lote e num espaço que, a breve trecho, iremos também corporizar num documento, num protocolo com uma Associação de Produtores. Ao nível da realização do orçamento participativo, temos as candidaturas. Estamos a avaliar as candidaturas ao nível do orçamento participativo. A seu tempo apresentaremos aquela que for ganhadora, que estiver mais adequada àquilo que são os anseios do nosso Município e do nosso Concelho. E, por isso, só tenho que lamentar, de facto, esta visão redutora. Uma visão sectária, partidária, e muito focada em resultados, em objetivos que são mais do ponto de vista eleitorais, e que não deixam o Partido Socialista ver mais do que isso, e olhar efetivamente para as ações concretas que temos tomado e para o investimento que foi feito em prol da qualidade de vida dos cidadãos da Guarda. Que é isso que nós prometemos, é isso que nós temos que concretizar. E, portanto, o período eleitoral apenas será corolário da boa ou má capacidade, ou da muita capacidade ou pouca. E nós sabemos bem aquilo que temos feito, que justificará um bom resultado, no final deste ano, no ato eleitoral que se aproxima. E é isso que nos dá confiança. Não é, de facto, esse diálogo derrotista, essa atitude do contra, como já referi, não vou dar mais adjetivos, que nos move. O que nos move é a Guarda, mas alicerçada em projetos. Não é dizer... porque isso muita gente diz: sou da Guarda, a Guarda é o objetivo cimeiro da nossa ação individual, egocêntrica, sectária também, singular, individualista. Mas a Guarda é mais. Ultrapassa-nos a nós. Nós hoje temos a responsabilidade de gerir os destinos do Município. Mas a Guarda é muito mais do que nós. É muito mais do que a nossa vida. É muito mais do que virmos aqui dizer que somos responsáveis por tudo o que de bom aconteceu na Guarda. E não sermos responsáveis por tudo de mal que aconteceu e que está a acontecer. Essas pessoas que assim assumem uma visão também parcial da realidade, onde a Guarda só conta o que está bem e fazemos parte para partir o bolo e ficar com a fatia maior, mas não perceber que o bolo deu trabalho, que foi necessário muitas horas de trabalho e

esforço, de competência, muitas vezes a ausência dela cega-nos a capacidade e a impossibilidade de vermos que a verdade está à nossa frente, mas preferimos olhar para o lado, porque achamos que esse é o caminho certo. Como dizia Platão, muitos preferem ver as sombras do que ver a realidade, mas o objetivo é seguirmos a realidade e esta está à frente dos olhos. Mas eu não posso fazer mais. Este Executivo não pode fazer mais. Quem não quer ver, não vê. Agora, quem quiser ver, o resultado está à vista. E é isso que eu tenho para lhe dizer, senhora Vereadora.” -----

- **Ana Cristina Correia, Vereadora:** “Senhor Presidente, eu também só tenho um apontamento. Como falou, e bem, vêm aí as eleições. Vamos então mostrar... os guardenses vão então ver o que é que querem. Vamos aguardar por elas. E em relação ao Partido Socialista, o senhor próprio Presidente, como disse, já é uma lengalenga sua desde o início. E, portanto, já não conseguimos dizer mais nada a não ser: basta, senhor Presidente. O que interessa é o presente e o futuro. Mais nada.”-----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Muito bem. Aprovado por maioria o Ponto 1, na Ordem de Trabalhos.”-----

- **Sérgio Costa, Vereador:** “Não me deu oportunidade de votar. Eu abstenho-me.” ---

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Sim, ok. Muito bem.” -----

A Câmara deliberou, por maioria, com quatro votos a favor, a abstenção do senhor Vereador Sérgio Costa e os votos contra dos senhores Vereadores Ana Cristina Correia e Manuel Simões Santos, aprovar a proposta nos seus precisos termos e proceder em conformidade com a mesma. -----

Ponto 2 - Aquisição de Imóvel Localizado na Rua do Amparo na Guarda com Outorga de Escritura Pública de Aquisição para Instalação de um Equipamento Turístico-Cultural.-----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Vice-Presidência do seguinte teor: ---

“Proposta VPCM n° 21/2021

Considerando,

O importante legado histórico, cultural e arquitetónico da secular presença judaica na Guarda, documentada desde século XIII, e que uma das melhores formas de o divulgar passa pela criação de um espaço central onde todos os visitantes se possam dirigir para obter informações de carácter histórico, cultural, turístico e hoteleiro e, ao mesmo tempo, vivenciar a herança histórica da comunidade judaica na Beira Interior. Que, apesar dos investimentos realizados nesta área do núcleo histórico da Cidade com a requalificação de edifícios e do espaço público, este bairro do Centro Histórico continua a evidenciar características de marginalização e de falta de vivência no seio da cidade. -----

A intenção do Município da Guarda em conceber e instalar, na zona da Judiaria, um equipamento turístico-cultural, provisoriamente designado como “Centro de Interpretação da Cultura Judaica”, que possa direccionar os visitantes na temática da História e Património da Guarda, especialmente no que respeita ao legado judaico e à convivência inter-religiosa, bem como possibilitar a criação de postos de trabalho e dinamizar a economia local. -----

Que a judiaria da Guarda tem uma localização muito específica dentro da malha urbana, no interior do pano de muralhas e nas proximidades dos principais eixos viários da cidade, a Rua de S. Vicente e a antiga Rua Direita (atual Rua Francisco de Passos) e que a maioria dos edifícios apresentam algumas características e componentes que remontam ao século XVI. -----

Que um dos edifícios mais emblemáticos da Judiaria, conhecido como “tribunal de Judeus”, situado no Largo da Rua do Amparo, se encontra disponível para aquisição, e que se trata de um imóvel de estilo manuelino, onde se destacam diversos símbolos cruciformes gravados nas ombreiras das portas bem como a inscrição “Do foro d’el rey”, demarcando a propriedade régia deste espaço. -----

Considerando ainda,-----

A intenção do Município da Guarda em adquirir este imóvel para ali instalar o núcleo central do equipamento turístico-cultural “Centro de Interpretação da Cultura Judaica”.-----

Pelo exposto,-----

Tenho a honra de propor ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, que se digne submeter ao digno Órgão Executivo, para *deliberação*:-----

1. A aquisição do imóvel sito na Rua do Amparo, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 179 da freguesia da Guarda, descrito na Conservatória do Registo Predial da Guarda sob o n.º 3699 , da extinta freguesia da Guarda (S. Vicente), com uma área total de terreno de 57,000 m2, uma área de implantação de 57,00 m2 e uma área de construção 104,00 m2, conforme documentos anexos, pelo valor de €60.000,00 (sessenta mil euros), na sequência de negociação com os proprietários, valor cabimentado na rúbrica orçamental 0102 07010307 0102-07010307 e GOP 11.12019/5, com a celebração de escritura pública, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação. O imóvel tem Relatório de Avaliação elaborado por um perito avaliador devidamente habilitado para o efeito, anexo a esta proposta.-----

2. A delegação de competência no Presidente da Câmara Municipal da Guarda para outorga da escritura pública de aquisição.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços.-----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Este é um edifício que se situa mesmo na zona da Judiaria. Surgiu esta oportunidade, é um antigo tribunal judaico. Não sei se é, mas há estudos que vão nesse sentido. Eu não sou historiador, mas seguimos esse princípio. Está exatamente no eixo central da judiaria e, portanto, este poderá ser também, e é, com certeza, um investimento que pode integrar este eixo temático de desenvolvimento territorial e da Guarda, que tem a ver exatamente com o impulso

que queremos dar ao conhecimento e ao desenvolvimento da cultura judaica na Guarda.” -----

- **Ana Cristina Correia, Vereadora:** “Nós, os Vereadores do Partido Socialista, vamos abster desta votação. Achamos que a Câmara, se calhar, tem outros edifícios que poderia na mesma... porque o fundo interessa, sem dúvida alguma, interessa fazer esse reconhecimento, mas achamos elevado o valor do prédio em si. E, como tal, vamo-nos abster da votação.”-----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Muito bem. Senhor Vereador.”-----

- **Sérgio Costa, Vereador:** “Sobre este ponto, trata-se de mais uma aquisição de um edifício pela Câmara Municipal. Todos devemos aqui recordar o que o senhor Presidente propôs em 2019, e que foi aprovado na Reunião de Câmara de então, que foi a aquisição de um edifício na Rua Sacadura Cabral, precisamente com o mesmo fim. Vem agora propor a aquisição de mais um edifício, mas ao ritmo que está a propor adquirir imóveis, quase parece querer transformar o Município da Guarda num dos maiores promotores imobiliários da cidade. E podemos e devemos questionar-nos se será este afinal o local definitivo para o fim proposto, ou se daqui a alguns meses muda de opinião. Todos temos bem presente as mudanças de local de alguns serviços desconcentrados do Estado, que o senhor Presidente enuncia em determinada semana para um certo local, para semanas depois o local já ser outro e o motivo da aquisição de imóveis variar consoante o sabor dos ventos, quiçá. Por tudo isto, abstenho-me na votação deste ponto.”-----

A Câmara deliberou, por maioria, com quatro votos a favor e as abstenções dos senhores Vereadores Sérgio Costa, Ana Cristina Correia e Manuel Simões Santos, aprovar a proposta nos seus precisos termos e proceder em conformidade com a mesma.-----

Ponto 3 - Revogação da Deliberação Tomada sobre a Proposta PCM N.º211/2020, aprovada em Reunião de Câmara Municipal de 09 de Março de

2020 - Alienação do Lote N.º49 da PLIE à Empresa Carpijaneiro - Serviços de Carpintaria, Lda - Alienação do Lote N.º49 da PLIE à Empresa Samuel Augusto, Lda, com a Outorga de Escritura Pública.-----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 466/2021

Considerando que: -----

• Através da Proposta PCM n.º 211/2020 a Câmara Municipal da Guarda, na reunião realizada a 09 de março de 2020 deliberou, por unanimidade, ao abrigo do Regulamento Municipal de Atribuição de Lotes para Instalação de Atividades Económicas, alienar o lote n.º 49 da PLIE à empresa Carpijaneiro – Serviços de Carpintaria, Lda; -----

• Em maio de 2020 a firma acima referida vem informar este Município que deixou de estar interessado no lote que lhe foi atribuído, devido à incerteza que a pandemia trouxe à economia, estagnando um dos seus negócios, que se encontrava em franca expansão; -----

• A empresa Samuel Augusto Lda, com o NIPC 507 689 127, com sede na localidade da Menoita, 6300-160 Pêra do Moço, pretende ampliar a sua atividade económica com a construção de um armazém na PLIE, tendo como CAE principal 43120-R3:----

- Demolição e terraplanagens; -----

- Aluguer de máquinas para construção civil; -----

- Construção civil e obras públicas. -----

Nesta conformidade, proponho que a Câmara Municipal da Guarda *delibere*:-----

1. Revogar a deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal, realizada a 09 de março de 2020, referente à alienação do lote n.º 49 da PLIE à firma Carpijaneiro – Serviços de Carpintaria Lda, ao abrigo do disposto no artigo n.º 1 do artigo n.º 165.º do CPA;-----

2. Alienar, em conformidade com a alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, à empresa Samuel Augusto, Lda, o lote n.º 49 da PLIE, com a área total de 4.676,00m2, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 1565 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Guarda sob o n.º 1412, da freguesia de Casal de Cinza. O valor de alienação é de 3,92€/m2, conforme previsto no n.º 1 do artigo 15.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Lotes para Instalação de Atividades Económicas, o que perfaz um valor de €18.329,92 (dezoito mil, trezentos e vinte e nove euros e noventa e dois cêntimos).-----

3. Delegar no Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda competência para outorga da escritura pública de alienação.”-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta nos seus precisos termos e proceder em conformidade com a mesma. -----

Ponto 4 - Proposta de Isenção de Taxas de Ocupação da Via Pública com Espaço Destinado a Esplanadas e Respetivos Equipamentos de Apoio na Praça Luís de Camões. -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 469/2021

Considerando,-----

Que o Município da Guarda tem vindo a promover e a aplicar Medidas Extraordinárias para mitigação dos impactos sociais e económicos decorrentes da pandemia COVID-19, de apoio às famílias, às instituições, ao comércio local e às empresas, inseridas no Programa “Salvaguarda”; -----

A importância da envolvimento de agentes económicos privados nos programas culturais e turísticos do Município, enquanto elementos chave para a dinamização económica e social da cidade; -----

Que os estabelecimentos de animação noturna, licenciados como “estabelecimentos de bebidas com espaço reservado a dança” estão a ser gravemente afetados pela obrigatoriedade de cancelamento da sua atividade; -----

Que igualmente os estabelecimentos de restauração e bebidas viram a sua atividade reduzida; -----

Nesta conformidade, *propõe-se*, -----

A isenção de taxa de ocupação da via pública com espaço destinado a esplanada e respetivos equipamentos de apoio na Praça Luís de Camões aos estabelecimentos supra identificados, durante os meses de junho, julho, agosto e setembro de 2021, que manifestem interesse nesta exploração mediante requerimento dirigido ao Município; -----

A cedência, a título gratuito, de até 4 estruturas de apoio à venda de bebidas e de até 4 áreas de 54 m2 para 6 mesas e 24 cadeiras, ficando da responsabilidade dos estabelecimentos a gestão do espaço e o cumprimento das normas da DGS estipulados para esta atividade. -----

O Município avaliará as candidaturas de acordo com a adequação ao espaço, bem como também a critérios de índole económico-financeiros a apresentar pelos requerentes, sendo ponderados com maior valor os estabelecimentos que tenham tido uma redução mais significativa nas suas receitas. -----

A presente proposta de isenção encontra enquadramento no n.º 3 do art.º 12.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município da Guarda, publicado no Diário da República, 2.ª série, N.º 92, de 12 de maio de 2010.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta nos seus precisos termos e proceder em conformidade com a mesma. -----

Ponto 5 - Proposta de Autorização para a Concessão de Apoios aos Projectos "Catálogo Poético à Escuta", "Impulsos 2021", "Projecto Entre Serras" e "Wool".-----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Vice-Presidência do seguinte teor: ---

Proposta VPCM nº 22/2021

Considerando,-----

A opção estratégica do Município da Guarda para com a candidatura da Guarda a Capital Europeia da Cultura 2027 e a importância do estabelecimento de sinergias entre os diversos atores presentes do terreno para potenciar a visibilidade e as perspetivas de desenvolvimento do território das Beiras e Serra da Estrela; -----

A importância das experiências em contexto rural, deslocando o epicentro cultural para as aldeias com instalações de arte contemporânea, em diálogo com a comunidade através de valências pedagógicas, privilegiando a ligação intergeracional; -----

Que a inclusão e o apoio a projetos culturais de qualidade é fundamental para demonstrar a diversidade da oferta cultural e o potencial agregador desta região, fatores muito valorizados no dossier da candidatura a apresentar; -----

Que os projetos “Catálogo Poético à Escuta”, “inPULSOS 2021”, “Projecto entre Serras” e “Wool”, cuja descrição se encontra anexa a esta proposta, são importantes para a Candidatura. -----

Considerando ainda,-----

Que o Município da Guarda, enquanto Autarquia Local, tem como atribuições a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios da educação, do património, da cultura, da promoção do desenvolvimento – alíneas d), e) e m) do nº. 2 do art. 23º., do anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, -----

Nesta conformidade,-----

Ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 3º, artigo 32º e n.º 1 alínea o) do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais ***propõe-se conceder os seguintes apoios financeiros:***-----

• 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros) + IVA a 23% ao projeto “Catálogo Poético à Escuta” – NIF: 513 372 342; -----

• 5.000,00€ (cinco mil euros) + IVA a 23% ao projeto “inPULSOS 2021” - NIF: 515 988 090; -----

• 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros) isento de IVA ao “Projecto entre Serras” – NIF: 503 831 573; -----

• 5.000,00€ (cinco mil euros) + IVA a 23% ao projeto “Wool” - NIF - 514 841 869.

O apoio financeiro supra identificado, no valor global de 17.875,00€ (dezassete mil, oitocentos e setenta e cinco euros) encontra-se devidamente cabimentado na rubrica 0102020225 GOP 2.5.1.2018/5063 (Capital Europeia da Cultura). -----

Atento o supra exposto, tenho a honra de propor ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, que se digne submeter ao digno Órgão Executivo, para apreciação e votação, a presente proposta de atribuição de apoios.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- Sérgio Costa, Vereador: “Eu abstenho-me.”-----

A Câmara deliberou, por maioria, com seis votos a favor e a abstenção do senhor Vereador Sérgio Costa, aprovar a proposta nos seus precisos termos e proceder em conformidade com a mesma. -----

Ponto 6 - Sistema de Informação em Tempo Real aos Utentes dos Transportes Urbanos da Guarda - Abertura de Concurso Público - Aprovação das Formalidades do Procedimento.-----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 468/2021

Considerando que: -----

• Este projeto está inscrito na P.I. 4.5 (4e) - Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação

relevantes para a atenuação, do PEDU (Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano) da Guarda.-----

- O projeto consiste na instalação de painéis digitais informativos com indicação dos tempos de espera e outras informações úteis aos utentes, a serem colocados nas paragens de autocarros. -----

- Com a implementação de um sistema de informação em tempo real, contribuirá para aumentar a eficácia do sistema de transportes e a qualidade da informação ao utilizador relativamente ao funcionamento da rede, bem como as condições de acessibilidade através da instalação de painéis informativos nas paragens. -----

- Se pretende desta forma promover a competitividade dos transportes públicos face ao transporte individual, por meio da adoção de soluções tecnológicas inovadoras e atrativas para a utilização dos primeiros, contribuindo-se para a redução das emissões de gases de efeito de estufa e do ruído produzido pelo tráfego automóvel. -----

Atento o exposto tenho a honra de propor que a Câmara *delibere*: -----

Nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1, do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual: -----

1. A aprovação do projeto técnico de execução para a empreitada de “Sistema de informação em tempo real aos utentes dos Transportes Urbanos da Guarda”;-----

2. Autorizar a despesa, nos termos do artigo 36º do Código dos Contratos Públicos;

3. Aprovar as peças do procedimento, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 40º do Código dos Contratos Públicos;-----

4. A abertura do procedimento de concurso público para a formação do contrato, nos termos do constante na alínea b) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, pelo valor base 363 581,93 € (trezentos e sessenta e três mil, quinhentos e oitenta e um euros e noventa e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;-----

5. A designação do júri que conduzirá o procedimento nos termos do artigo 67º do CCP, constante na informação em anexo e que faz parte integrante da presente proposta, e, delegar no mesmo as competências, nos termos do 69º do CCP, propondo-se para o efeito os seguintes membros do júri: -----

Presidente: Teresa Augusta dos Anjos Fernandes;-----

1.º Vogal Efetivo: José Alberto Dias Gonçalves;-----

2.º Vogal Efetivo: José Manuel Mateus de Oliveira; -----

1.º Vogal Suplente: Hélder Manuel Martins Cação; -----

2.º Vogal Suplente: Carlos Manuel Rodrigues; -----

Mais se propõe que, nas suas faltas e impedimentos, o presidente seja substituído pelo 1.º vogal efetivo.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta nos seus precisos termos e proceder em conformidade com a mesma. -----

Ponto 7 - Aquisição de Mobiliário Escolar, Desportivo, de Cozinha, Material Didático e Informático no Âmbito da Ampliação, Requalificação e Modernização da EB de São Miguel - Abertura de Concurso Público - Aprovação das Formalidades do Procedimento.-----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Vereadora Lucília Monteiro do seguinte teor: -----

“Proposta VLPM n.º 49/2021

Considerando que: -----

A Autarquia tem atribuições em matérias como a intervenção em equipamentos rurais e urbanos e na educação; -----

No âmbito da reorganização da Rede Escolar tendo por base as propostas constantes na recente revisão da Carta Educativa, prevê-se uma ampliação, requalificação e modernização da Escola Básica de S. Miguel; -----

Esta solução dá resposta aos alunos de escolas e jardins de infância localizados na malha urbana da Guarda cujas instalações já não respondem às necessidades dos alunos e educandos. Estão nestas condições as escolas Básicas do Bairro da Luz; Bairro do Pinheiro; Póvoa do Mileu; Alfarazes e Jardim de Infância da Póvoa do Mileu. Simultaneamente recebe os educandos e alunos do eixo Avelãs da Ribeira, Vila Franca do Deão, Rocamondo, Avelãs de Ambom e Alvendres; -----

Além de responder a estes requisitos, a intervenção que prevê a introdução do pré-escolar, no projeto de requalificação do complexo educativo, vem contribuir para a estruturação da rede educativa de acordo com os princípios gerais plasmados nas alíneas a) e b) do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro: «consideração da educação pré-escolar como a primeira etapa da educação básica»; e «sequencialidade entre a educação pré-escolar, os diferentes ciclos do ensino básico e o ensino secundário», respetivamente. Este conceito equilibra a oferta pública da educação pré-escolar num território de elevada densidade populacional, prevendo-se que venha a ser alternativa à ora dominante oferta privada, quer pela qualidade funcional, arquitetónica e ambiental de novos equipamentos e infraestruturas, quer pela sequencialidade dos níveis educativos que oferece. Trata-se, assim, de assegurar racionalidade e complementaridade das ofertas no espetro territorial da rede educativa, como se defende na alínea c) do artigo 10.º do citado diploma; -----

Para tornar operacionais os espaços resultantes da empreitada de ampliação, requalificação e modernização do equipamento escolar, é necessário dotar o mesmo de adequado mobiliário escolar, desportivo, de cozinha, material didático e informático como se expõe na proposta de caderno de encargos; -----

De acordo com o caderno de encargos, o valor estimado da despesa a efetuar, para satisfazer esta necessidade é de cerca de 247.908,85€ (acrescido de IVA à taxa legal em vigor).-----

Nessa conformidade, -----

Tenho a honra de propor ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, que se digne submeter ao digno Órgão Executivo, para apreciação e votação, ao abrigo do disposto nas alíneas b), c) e d) do artigo 3.º; alíneas a) e d) do n.º 2 do artigo 23.º, artigo 32.º e n.º 1, alíneas f), r) e dd) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais e do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro) a presente proposta para **deliberar**: -----

1. Autorizar a despesa, acima referida, nos termos do artigo 36º do Código dos Contratos Públicos; -----

2. Aprovar as peças do procedimento, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 40º do Código dos Contratos Públicos; -----

3. A abertura do procedimento de concurso público para a formação do contrato, nos termos constantes na alínea a) do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos, pelo valor base de 247.908,85€ (duzentos e quarente e sete mil novecentos e oito mil euros e oitenta e cinco cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

4. A designação do júri que conduzirá o procedimento nos termos do artigo 67º do CCP, constante na informação em anexo e que faz parte integrante da presente proposta, e, delegar no mesmo as competências, nos termos do 69º do CCP; -----

5. Nomear para gestor do contrato a técnica superior Dora Sofia do Rosário Saraiva com a função de acompanhar permanentemente a execução deste. -----

O valor supra identificado, encontra-se devidamente cabimentado na classificação orçamental 0102 331 07010305 e GOP 3 3.1 2016/25.” -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta nos seus precisos termos e proceder em conformidade com a mesma. -----

Ponto 8 - Requalificação de Arruamentos e Caminhos em Freguesias da Guarda

- Abertura de Concurso Público - Aprovação das Formalidades do Procedimento.-----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 464/2021

Existe a necessidade de abertura de procedimento para a empreitada de “Requalificação de arruamentos e caminhos em freguesias da Guarda”, sendo o valor previsto para execução dos trabalhos o montante de 703 779,40 € (Setecentos e três mil setecentos e setenta e nove euros e quarenta cêntimos) acrescida da taxa de IVA, e por um prazo de 360 dias.-----

Tenho a honra de remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de *deliberar*:-----

- 1. Aprovar as peças do procedimento, nos termos do disposto nos números 1 e 2 do artigo 40º do Código dos Contratos Públicos;*-----
- 2. Decidir contratar nos termos e fundamentos da informação técnica em anexo que faz parte integrante da presente proposta, nos termos do artigo 36º do Código dos Contratos Públicos;*-----
- 3. Decidir, nos termos do artigo 38º do Código dos Contratos Públicos, adotar o procedimento de concurso público para a formação do contrato;*-----
- 4. Designar de acordo com o artigo 67º o júri que conduzirá o procedimento e delegar no mesmo as competências, nos termos do artigo 109º, nº 1 do Código dos Contratos Públicos, as competências previstas no artigo 69º do Código dos Contratos Públicos.”*-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Recordo que este procedimento tem o valor de mais de 703 mil euros. Investimento no concelho.”-----

- **Sérgio Costa, Vereador:** “Posso?” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Sim.”-----

- **Sérgio Costa, Vereador:** “Em relação a este ponto, começo por referir que votarei a favor. Contudo, não posso deixar de tecer aqui algumas considerações. Em maio de 2020, o senhor Presidente propôs a anulação de oito concursos, no montante de cerca de 2,5 milhões de euros, para a execução de pavimentações em estradas e caminhos em todo o concelho. Tive a oportunidade de então mostrar a minha preocupação na anulação de todos aqueles procedimentos, que previa a pavimentação de dezenas de quilómetros de estradas e caminhos municipais, bem necessários para a melhoria da segurança rodoviária e, por conseguinte, do bem-estar das populações. Se naquele tempo apenas pareceria ser uma anulação de concursos por terem sido propostos pelo Vereador Sérgio Costa, temos agora a certeza absoluta que o motivo foi mesmo esse. Hoje em dia, todos aqueles pavimentos estariam concluídos. Quase um ano depois, como se nada se tivesse passado em 2020, lança um procedimento, pasme-se, até com parte das mesmas medições e desenhos que eu havia preparado, mas muito aquém da abrangência do concelho.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Isto é incrível.” -----

- **Sérgio Costa, Vereador:** “Quero aqui agradecer publicamente o facto de me dar razão na necessidade de execução de todos estes pavimentos e pela manifestação e reconhecimento da minha competência. Estamos mesmo em ano de eleições, onde tudo parece querer valer, numa tentativa desesperada de caça ao voto e, quiçá, de engano aos Guardenses. Mas o senhor Presidente esqueceu-se de muitas outras estradas e caminhos que a população, de uma forma equitativa reivindica, sendo os mesmos bem necessários na prossecução da segurança e melhoria da qualidade de vida de quem lá reside. Vossa Excelência, esqueceu-se, não sei se propositadamente ou não, das pavimentações em Gonçalo, em Maçaínhas, na Pera do Moço, na Mizarela, em Valdeiras e nos Montes do Jarmelo, em Almeidinha e Lobatos, na

Urgueira e na Devesa, no Codesseiro, em João Antão e Ramela, nas Quintas da Benespera, nos Galegos e Coviais, em Vale de Estrela, em Famalicão da Serra, na Pessolta e Carpinteiro, em Gonçalbocas, em Valhelhas, em Fernão Joanes, na Corujeira, e ainda mais no Alvendre, Avelãs de Ambom/Rocamonde, Avelãs da Ribeira, Vila Cortez do Mondego, Cavadoude, Aldeia Viçosa, Faia, Santana da Azinha, Adão, Marmeleiro, Pousade/Albardo e até nas Vendas da Vela se esqueceu de parte dos caminhos. É caso para dizer que a memória nunca pode ser esquecida. Perante o concurso apresentado, esgota praticamente a rúbrica orçamental respetiva, sendo certo que, pelos documentos apresentados do respetivo cabimento, a sua execução, olhando aos prazos legais do concurso e parecer do Tribunal de Contas, será efetuada já pelo próximo Presidente da Câmara, já pelo próximo Executivo Municipal que vier a sair das próximas eleições Autárquicas.”-----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Obrigado, senhor Vereador. Já está a dizer que eu sou o próximo Presidente e fico satisfeito por isso. O próximo Presidente, o próximo Executivo...”-----

- **Sérgio Costa, Vereador:** “O senhor tem a mania de subverter as palavras das pessoas.”-----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Acha? Acha? Não acho nada. Não acho nada, senhor Vereador.”-----

- **Sérgio Costa, Vereador:** “Não seja demagógico, por favor. Deixe-me falar...”-----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Não acho nada. Não acho nada.”-----

- **Sérgio Costa, Vereador:** “Senhor Presidente, o senhor não...”-----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Sinceramente, não acho nada. É que não acho mesmo.”-----

- **Sérgio Costa, Vereador:** “O senhor continua a colocar na minha boca palavras que eu não disse e cinja-se à sua competência, enquanto Presidente da Câmara, por substituição, em gerir as Reuniões de Câmara. Apenas isso, por favor.”-----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Mais uma vez assistimos, mais uma vez conseguimos aqui assistir a este elencar de Freguesias para o senhor Vereador conseguir fazer um documento, que normalmente traz escrito, para depois mandar por e-mail para todas as Associações, Bombeiros, Deputados e para as Freguesias. É por isso que o senhor Vereador vem aqui a usar o Órgão que merece respeito. Senhora Vereadora Ana Cristina, só para entender, tal como eu respondi à senhora Vereadora há pouco, porque entendo que devo esclarecer, no debate político e democrático, as coisas. E para que a senhora Vereadora não venha dizer que está cansada de ouvir coisas que, eu também estou, mas devo ou não devo responder? Pergunto-lhe a si, senhora Vereadora. Ai não devo responder? A si também não. Ponha lá o som, se faz favor. Ponha lá o som.” -----

- **Ana Cristina Correia, Vereadora:** “Senhor Presidente.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Sim. Gosta que eu lhe responda a si, ou não? Agora estou eu a falar.” -----

- **Ana Cristina, Vereadora:** “Eu gosto. Eu gosto.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “E agora, eu devo responder a todos os senhores Vereadores como respondo a si, ou não devo responder? É que, já agora, como ficou importunada a última vez, eu também fico preocupado se acha que o debate político...” -----

- **Ana Cristina Correia, Vereadora:** “Senhor Presidente, e continuo importunada neste momento. Estamos a perder tempo com guerrilhas. Mais nada. Não é aqui, na reunião do Executivo, que estamos a trabalhar para os munícipes, que estamos nestas guerras.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Senhora Vereador, quer ouvir-me? Já lhe dou a palavra, mas ouça-me. A senhora entende que eu perdi tempo consigo, quando respondi há pouco ao chorrilho de asneiras que disse, permita-me a expressão. Foi um chorrilho de asneiras e eu justifiquei porquê. Mas isto é a democracia. A senhora

Vereadora não aprendeu nada com o que eu lhe disse. Também não estava à espera. Também não estava à espera...”-----

- **Ana Cristina Correia, Vereadora:** “As asneiras, cada qual acha que são asneiras.”

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Pode ouvir-me? Mas eu também estou certo que a senhora Vereadora não vai mudar nada, vai continuar assim. Também não é minha ambição. Agora, se é a minha convicção também tenho que a transmitir. E o mesmo sentido de responsabilidade com que respondo à senhora Vereadora, eu tenho que responder ao senhor Vereador, sabe porquê? Porque a senhora devia de se sentir incomodada com o facto de o senhor Vereador vir aqui ler um conjunto de arrazoado de coisas, evidenciar, e uma baralhada... porque a senhora Vereadora entendeu alguma coisa do que o senhor Vereador disse? Olhe, começou por dizer que fez tudo. É para si que eu vou falar. Começou por dizer que fez tudo, nem foram os técnicos, foi o senhor Vereador que fez. A seguir já faltam coisas. Então o senhor Vereador já não fez tudo porque já faltavam coisas. Mas, depois, veio colocar a questão que, em todas as Freguesias que nomeou e designou, havia necessidade de fazer obra. Em que é que ficamos? Senhor Vereador, respondo. Quer esclarecimentos nesta matéria? Eu, ao senhor Vereador, já não vou perder tempo. Mas à senhora Vereadora, quer que eu responda, ou não quer? Se não quiser, eu fico por aqui. Quer que eu responda à necessidade de obras ou não?”-----

- **Ana Cristina Correia, Vereadora:** “Claro que quero que responda e deve responder. Não precisa é de utilizar os termos que costuma utilizar quando está a dar a resposta ao senhor Vereador Sérgio Costa.”-----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Quais são os termos? Falar de competência ou incompetência? Pergunto-lhe? Diga-me lá.”-----

- **Ana Cristina Correia, Vereadora:** “Já não estou para ensinar o senhor Presidente.”-----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Sim, não me ensina nada. Isso é verdade. Ensinar, daí é que não vem nada.”-----

- **Ana Cristina Correia, Vereadora:** “E o senhor Presidente, se acha que está a ter uma atitude correta, continue.”-----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Eu penso que a atitude correta, primeiro é respeitar este órgão e aquilo que se discute aqui, os temas estão muito definidos e elencados na Ordem de Trabalhos. Aquilo que eu ouço, todos os dias, ao senhor Vereador, quando temos Reuniões de Câmara, é que extravasa, ultrapassa o objeto dos pontos. Mas a senhora Vereadora concorda. Eu vou-me calar e vou discutir os pontos, já que não interessa ser esclarecido. Eu trouxe aqui uma requalificação de arruamentos, de caminhos em Freguesias da Guarda, onde não tem nada a ver com as estradas ou com os caminhos que o senhor Vereador aqui referiu. Porque ele sim, ele tinha uma ideia de que, tudo o que fosse caminho em terra na mais recôndita das serras, ou no mais recôndito dos barrocos, tinha que ter o espaço alcatroado. Este Executivo não tem essa visão. Sabe porquê? Porque o dinheiro não chega para tudo. Temos que ir ao encontro... por isso reunimos, no programa de Salvaguarda Rural, nós reunimos com todos os Presidentes de Freguesia e pedimos-lhes as prioridades. E, basicamente, a esmagadora maioria, as prioridades que o senhor Vereador encontrou, não eram aquelas que nós debatemos com os senhores Presidentes de Junta. E isto deixa-me, de facto, de alguma forma, preocupado. Por um lado, o Partido Socialista quer ser conivente com este esconder da realidade. Por outro lado, vejo o senhor Vereador a tomar aqui conta de uma... ou a rédea de algo que não teve responsabilidade, mas misturando com a sua incapacidade de responder às necessidades das Freguesias, conforme nós podemos avaliar pelo próprio objeto dos procedimentos. É que não tem nada a ver com os caminhos. As freguesias, nós fizemos um Acordo de Cooperação onde estipulámos uma obra no valor de 30 mil euros, para cada Freguesia, no ano de 2021. Ponto um. Nada. É uma opção.

Assumimo-la, vamos cumpri-la. Segundo, há um conjunto de necessidades por todo o Concelho que tem a ver com caminhos, com ruas, com muros que é preciso responder e corrigir. E nós vamos fazer esse trabalho. Portanto, e é isso que eu coloco aqui à discussão. Se quisermos drenar, se tivermos este objetivo, com a conivência ou não do Partido Socialista, mas isso é responsabilidade que o Partido Socialista tem que assumir também nessa sequência, não é vir só refletir sobre aquilo que eu disse. É que os pontos são muito precisos. O ponto que está aqui foi feito pelos técnicos da Câmara, apresentada por mim a proposta, que nada teve a ver com o passado, nem o recente, nem o mais antigo. E por isso eu acho que devo explicar a razão do meu posicionamento neste ponto. E, depois, exigir que os pontos sejam discutidos na estrita medida e que não sirvam para nós podermos justificar documentos ou palavreado fácil e barato, populista, para fora. Que é o que está a acontecer. E a senhora Vereadora sabe tão bem como eu. Tudo o que aqui se passa e tudo o que o senhor Vereador lê, depois remete para toda a Guarda, sem direito ao contraditório. É que a Guarda não conhece o contraditório. Aqui debatemos as coisas e por isso tem que ser feito aqui, senhora Vereadora. Bem, mas quanto a esta matéria também não vou ser mais exaustivo. Não vou ser mais exaustivo. Cada um fará como entender. O Órgão merece respeito e eu quero preservar esse respeito pelo Órgão. Nesta matéria, não tem nada a ver com aquilo que o senhor Vereador disse, mas terá tudo a ver com aquilo que o senhor Vereador quer mandar para as Associações locais, Deputados Municipais e mais Associações que existem no Concelho. Mas isto é uma forma de fazer política do senhor Vereador e Presidente da Concelhia do Partido Social Democrata. E, por isso, é esta responsabilidade, é esta ética que ele tem no exercício e na condução do seu mandato, enquanto responsável da Concelhia, mas, principalmente, no seu mandato enquanto Vereador da Câmara Municipal da Guarda.” -----

- **Sérgio Costa, Vereador:** “Senhor Presidente, quero falar, por favor. Posso?” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Pode. Pode falar.” -----

- **Sérgio Costa, Vereador:** “O senhor Presidente tem de deixar de vir tão nervoso para as reuniões de Câmara e não deve confundir os poderes. Eu já lhe tinha dito, na última Reunião de Câmara, para não confundir a política com a justiça e os tribunais. E agora digo-lhe para não confundir as reuniões de Câmara com os partidos políticos, porque aqui dentro não há partidos políticos. Somos eleitos numa determinada lista, mas aqui temos que defender o povo. Portanto, eu aqui estou apenas nas funções de Vereador eleito pelos guardenses e não como Presidente da Concelhia, como o senhor, alegadamente, disse. O senhor gosta muito de fazer estas... deve ser o nervoso. Mas eu digo-lhe, ou devo-lhe dizer que passaram, ou estão a passar, quarenta e sete anos depois do 25 de Abril. No tempo da União Nacional é que ninguém podia falar nas reuniões, vivia-se o clima da mordação. Vivia-se o clima da mordação. Mas, senhor Presidente, quarenta e sete anos depois do 25 de Abril, não há climas de mordação e todos os Vereadores ou os Deputados, quando fazem as suas intervenções, podem e devem, de uma forma legítima, usar todos os documentos e todas as informações e toda a retórica que possam querer utilizar na discussão dos pontos. Eu apenas citei aqui, pasme-se, senhor Presidente, porque em política nós devemos ser consequentes com os atos que praticamos, aquilo que aconteceu há um ano atrás. E quando eu referi que até parte das medições e dos desenhos eram iguais, eu sei bem o que estava a referir. E porque é verdade, é a mais pura das verdades. E, olhe, senhor Presidente, se o senhor acha que nas Vendas da Vela, ou que nas Quintas da Benespera, ou noutras aldeias, só há serra e barrocos, o senhor, se calhar, não conhece bem o Concelho. E, portanto, eu aconselho-o a conhecer bem o Concelho porque há muita gente que vive por aí. Eu, felizmente, conheço muito dessa gente, mas, infelizmente, vejo que deveriam ter melhores condições, que é aquilo que nós devemos prosseguir sempre na nossa ação política. E, por isso, senhor Presidente, não são as suas palavras, com mais ou menos injúrias, com mais ou menos insultos, com

mais ou menos ameaças, que me irão fazer deixar de lutar pela Guarda, pela cidade, pelas Freguesias, pela nossa Vila de Gonçalo e pelas aldeias e pelo bem-estar de todas as populações. Eu fui eleito para os defender a todos com equidade e ninguém me calará. Eu continuarei a falar e a defendê-los, até que a voz me doa.”-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta nos seus precisos termos e proceder em conformidade com a mesma. -----

Ponto 9 - Depressões Elsa/Fabien - Intempéries - Muros e Coberturas - Abertura de Concurso Público - Aprovação das Formalidades do Procedimento. -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 465/2021

Considerando: -----

1 – A necessidade de abertura de procedimento concursal para a empreitada de “Depressões Elsa/ Fabien – Intempéries – Muros e Coberturas”, estimada em 295.318,41€ (duzentos e noventa e cinco mil, trezentos e dezoito euros e quarenta e um cêntimos), acrescida da taxa de IVA. -----

2 – A passagem da tempestade Elsa e da depressão Fabien, no concelho da Guarda, em 2019, causou prejuízos nomeadamente abatimentos e derrocadas em infraestruturas públicas, razão pela qual se verifica a necessidade de se proceder à execução de obras de conservação, reconstrução e alteração de diversos muros de suporte de terras em granito, requalificação da cobertura das Oficinas Municipais, através da substituição da cobertura autoportante, e substituição da cobertura do edifício do Paço da Cultura, resultado do impacto das tempestades atrás indicadas que implicou as patologias nas referidas estruturas. -----

Tenho a honra de remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de ***deliberar***: -----

1 – A aprovação do projeto técnico de execução de arquitetura e especialidades para a empreitada de “Depressões Elsa/ Fabien – Intempéries – Muros e Coberturas”;-----

2 – Decidir autorizar a despesa, nos termos do artigo 36º do Código dos Contratos Públicos;-----

3 - Aprovar as peças do procedimento, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 40º do Código dos Contratos Públicos;-----

4 – A abertura do procedimento de concurso público para a formação do contrato, nos termos do constante na alínea b) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, pelo valor base de 295.318,41€ (duzentos e noventa e cinco mil, trezentos e dezoito euros e quarenta e um cêntimos), ao qual acresce a taxa de IVA em vigor;

5 – A designação do júri que conduzirá o procedimento nos termos do artigo 67º do CCP, constante na informação em anexo e que faz parte integrante da presente proposta, e, delegar no mesmo as competências, nos termos do 69º do CCP.” -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- Sérgio Costa, Vereador: “Eu voto a favor deste ponto, mas não posso deixar também de referir aqui uma ou duas notas. Pois eu estava certo quando organizei, em 2019, um grupo de trabalho, constituído por técnicos do Município, para fazerem o levantamento de todos os prejuízos provocados pelas tempestades daquele inverno. Mas, perante o que agora é apresentado, tenho de manifestar o meu descontentamento. Em primeiro lugar, pelo atraso na abertura deste concurso, pois já passou mais de um ano e meio desde a intempérie, e, por outro lado, pelo facto de muitos dos prejuízos não estarem agora refletidos no concurso que está a ser proposto, salientando, por exemplo, os Trilhos do Noéme, o Miradouro dos Trinta, entre outros. Mas mais vale tarde do que nunca. E finalmente o senhor assina um procedimento para a reconstrução de muros que já estavam em parte derrubados muito antes da tempestade, mas que agora podemos e devemos juntar num único

concurso. Mais uma vez o senhor Presidente me está a dar a razão quando, desde 2018, eu procurava, de uma forma incessante, lançar os concursos para reconstrução de muros derrubados em todo o Concelho, mas que Vossa Excelência insistia dizer que não eram necessários. Ainda bem que estamos em ano de eleições e, mais uma vez, a execução de grande parte desta obra, deste concurso, das intervenções que estão previstas neste concurso, serão, certamente, efetuadas já no próximo Executivo Municipal que vier a sair das próximas Eleições Autárquicas.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Só um esclarecimento, senhores Vereadores. A candidatura abriu agora e, por isso, nós estamos a fazer também este procedimento, porque a candidatura só agora é que foi aberta, porque a Guarda e Castelo Branco nem sequer estavam abrangidos. Não se fez nada no passado que protegesse a Guarda nesse sentido. Eu próprio liguei à senhora Ministra, avisado pela CCDR, também, tenho que o dizer, numa reunião que aconteceu na Guarda. E liguei à senhora Ministra da Modernização do Estado, e ela disse-me que iria corrigir a Resolução de Conselho de Ministros. E, a partir daí, nós tivemos que identificar o conjunto de situações anómalas e que resultaram destas depressões, não das anteriores também, é destas, de dezembro de 2020. E, por isso, agora, estamos a fazer... para que depois não haja aí a tal confusão na comunicação social, porque é importante criá-la, no sentido de dizer: bem, mas isto já devia ter sido lançado há não sei quanto tempo. Não. Só podia ser lançada exatamente agora, porque só agora é que a Guarda também está em condições, no âmbito da candidatura que está aberta, de poder beneficiar destes investimentos. Quanto ao ponto 9?”-----

- **Sérgio Costa, Vereador:** “Deixe-me só dar-lhe uma informação adicional, em jeito de conselho...” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Adicional, não. O senhor não sabia desta, como é que vai dar uma adicional?” -----

- **Sérgio Costa, Vereador:** “Posso falar, ou o senhor está sempre a interromper as pessoas?” -----
- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Não. Se não quiser falar, não fala, que eu não lhe dou a palavra, se não quiser. Se quiser falar, fala. Se não quiser, não fala.” ----
- **Sérgio Costa, Vereador:** “Senhor Presidente, não esteja nervoso.” -----
- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Fale lá, vá, ande lá. Temos que andar.” ----
- **Sérgio Costa, Vereador:** “Então, olhe, o senhor pode ir andando, se quiser.” -----
- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Ande lá. Ande lá. Ande lá. Fale. Fale lá, vá.” -----
- **Sérgio Costa, Vereador:** “Mas posso terminar, ou não?” -----
- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Pode, pode, pode. Estamos à espera de o ouvir.” -----
- **Sérgio Costa, Vereador:** “Eu já lhe disse, para não vir nervoso para as Reuniões.” -
- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Pode andar. Ande lá, homem.” -----
- **Sérgio Costa, Vereador:** “Senhor Presidente, exijo respeito da forma que o senhor está a falar comigo.” -----
- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Ande lá, senhor Vereador. Vá, diga lá com o que tem para dizer. Siga lá, siga lá para o que tem que dizer.” -----
- **Sérgio Costa, Vereador:** “E já agora que falamos em ata, senhor Presidente, eu exijo que, até à próxima reunião de Câmara, me sejam enviados os áudios desta reunião e das últimas duas reuniões.” -----
- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “O senhor não exige. O senhor solicita.” ----
- **Sérgio Costa, Vereador:** “Eu exijo, enquanto Vereador eleito.” -----
- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “O senhor solicita.” -----
- **Sérgio Costa, Vereador:** “Lá está o senhor Presidente, confunde...” -----
- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Vá. Pergunte, senão tenho que lhe tirar a palavra.” -----

- **Sérgio Costa, Vereador:** “Senhor Presidente, se quer tirar a palavra, tire. E eu depois vou para as instâncias necessárias.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Pergunte. Pergunte, se faz favor.” -----

- **Sérgio Costa, Vereador:** “O senhor, por favor, respeite os Vereadores eleitos.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Pergunte, se faz favor.” -----

- **Sérgio Costa, Vereador:** “Respeito, senhor Presidente.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Pergunte, se faz favor.” -----

- **Sérgio Costa, Vereador:** “... o meu conselho, nesta matéria... olhe, vou-lhe dizer mais. Isto acontece desde há muitos anos, desde que há fundos de emergência no país. Toda e qualquer despesa que seja executada após a ocorrência do facto de calamidade, como é o caso da intempérie Fabian, no inverno de 2019, todas elas têm sempre cobertura. E por isso é que o concurso já podia ter sido lançado há mais tempo, porque haveria sempre cobertura para as mesmas. É apenas isso que eu queria dizer, senhor Presidente. Já aconteceu em outros fundos de emergência, no passado. É sempre assim que se faz com o Governo da República, seja qual for o partido, mas os Governos da República é sempre assim que fazem.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Por isso é que foi feito assim, porque a candidatura surgiu agora e é assim que nós fazemos. O senhor já não está cá há um ano. Não sabe, não pode vir dizer. No seu caso, naquelas que o senhor ainda fez na altura com as outras depressões, não foi possível, não houve candidatura. E, portanto, esta, especificamente, Elsa e Fabian, nós estamos a cumprir, portanto, de acordo com as regras e daquilo que os técnicos e as reuniões que tivemos. E não é o senhor Vereador que vem dizer ao Executivo da Guarda como é que se faz, porque é com as Instituições, com as quais nós nos relacionamos, com as quais nós temos um relacionamento profícuo, esclarecedor. E, portanto, senhor Vereador, já sabe qual é a opinião que tenho de si e, portanto, não me venha dizer a mim como é que tenho que fazer.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta nos seus precisos termos e proceder em conformidade com a mesma. -----

Ponto 10 - Execução de Rede de Distribuição de Água em Monte Carreto e Vendas da Vela - Abertura de Concurso Público - Aprovação das Formalidades do Procedimento. -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 463/2021

1. Existe a necessidade de abertura de procedimento para a empreitada de “Execução de rede de distribuição de água em Monte Carreto e Vendas da Vela”, sendo o valor previsto para execução dos trabalhos o montante de 156 835,00 € (cento e cinquenta e seis mil euros oitocentos e trinta e cinco euros) acrescida da taxa de IVA, devidamente prevista na rubrica da GOP 2 4.4 2021/28.-----

2. A Autarquia não dispõe de meios humanos suficientes para esta intervenção, de forma a garantir que todas as habitações dos aglomerados habitacionais de Monte Carreto e Vendas da Vela, fiquem servidos de água ao domicílio.-----

Tenho a honra de remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de *deliberar*:-----

1. Aprovar as peças do procedimento, nos termos do disposto nos números 1 e 2 do artigo 40º do Código dos Contratos Públicos; -----

2. Decidir contratar nos termos e fundamentos da informação técnica em anexo que faz parte integrante da presente proposta, nos termos do artigo 36º do Código dos Contratos Públicos;-----

3. Decidir, nos termos do artigo 38º do Código dos Contratos Públicos, adotar o procedimento de concurso público para a formação do contrato; -----

4. Designar de acordo com o artigo 67º o júri que conduzirá o procedimento e delegar no mesmo as competências, nos termos do artigo 109º, nº 1 do Código dos

Contratos Públicos, as competências previstas no artigo 69º do Código dos Contratos Públicos. -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Sérgio Costa, Vereador:** “Posso falar?”-----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Pode.”-----

- **Sérgio Costa, Vereador:** “Sobre a execução de redes de abastecimento de água, estamos perante mais um compromisso assumido em 2017, mas que Vossa Excelência foi continuamente adiando, encontrando as desculpas mais estapafúrdias para fazer apenas aprovar o concurso agora, a escassos meses de eleições autárquicas, como se nunca o Vereador Sérgio Costa tivesse falado nestas e noutras necessidades. Esta obra está com um atraso de dois anos, tendo eu deixado todas as bases para a sua execução, juntamente com os técnicos do Município, apenas não tendo avançado antes, pela falta de vontade ou então pelo exagerado querer do aproveitamento eleitoral por Vossa Excelência. Mas devo lembrar o senhor Presidente, que mais uma vez se esqueceu de outras localidades com as mesmas necessidades, como sendo as aldeias anexas da Freguesia de João Antão, entre outras. Mas mais aqui, também, se evidencia que esta obra apenas será executada pelo próximo Executivo Municipal, se olharmos aos prazos legais do concurso agora lançado.”-----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Mais uma vez, tenho que lhe dizer, senhor Vereador, que as necessidades é este Executivo que as acompanha. O senhor não está cá, o senhor não sabe. E, depois, um atraso de dois anos, então o senhor já tem a responsabilidade de um, porque o senhor saiu há um ano. Portanto, se é há dois, também já tem a responsabilidade de um ano. É isso que eu tenho para lhe transmitir... mas vale mais... eu estou a falar, senhor Vereador. Posso falar?”-----

- **Sérgio Costa, Vereador:** “Claro que sim, o senhor é que gere a reunião.”-----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “Não esteja nervoso. Eu estou a falar para o senhor Vereador, e eu falo também quando entendo falar. Relativamente a este

assunto estamos esclarecidos. O senhor fez tudo. Mas não sei, não tenho nenhum dossiê. E eu sei bem o trabalho que dá, a mim e ao restante Executivo que me acompanha, para fazer estas coisas. De maneira que o senhor deve estar a falar de uma realidade longínqua, que não tem nada a ver com a Câmara da Guarda, mas aquela que faz parte do seu cérebro, do seu centro de ação, que não passa, exatamente, dos limites do seu corpo e do seu cérebro. E devia, de facto, ter essa amplitude e essa visão...” -----

- **Sérgio Costa, Vereador:** “Tenha cuidado com as palavras, senhor Presidente.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente:** “... que a Guarda está muito acima do senhor, muito acima de mim. E, portanto, tudo o que é reduzir isto à insignificância do “eu”, demonstra bem o carácter de cada um de nós.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta nos seus precisos termos e proceder em conformidade com a mesma. -----

Ponto 11 - Reabilitação do Largo Frei Pedro e Envolvente, Rua do Encontro, Rua Alves Roçadas e Rua Camilo Castelo Branco - Fase 1 - Aprovação de Trabalhos Complementares.-----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 462/2021

Considerando que, -----

1 – Da empreitada de “Reabilitação do Largo Frei Pedro e Envolvente, Rua do Encontro, Rua Alves Roçadas e Rua Camilo Castelo Branco – Fase 1”, adjudicada à firma Biosfera – Construções Unipessoal, Lda., verificou-se a necessidade de executar trabalhos complementares, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 370º do Código dos Contratos Públicos na atual redação, cuja espécie não consta do contrato inicial e que se tornam necessários, na sequência de circunstâncias não previstas, para a boa conclusão da obra e estritamente necessários para a garantia do

interesse público, com um valor de 18.685,00€ ao qual acresce a taxa de IVA em vigor; -----

2 – A realização de trabalhos (devidamente fundamentada na informação técnica que faz parte integrante da presente proposta), resultante de circunstâncias não previstas ascende aos 18.685,00€, a que corresponde uma percentagem relativamente ao contrato inicial de 5,14%, inferior portanto ao máximo estipulado na alínea b) do n.º 2 do artigo 370º do Código dos Contratos Públicos, que são 10%; -----

3 – Os trabalhos complementares não excedem os limites previstos no Código dos Contratos Públicos, devendo os mesmos ser reduzidos a escrito, conforme o disposto no artigo 375º do referido diploma legal. -----

Tenho a honra de remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de *deliberar*:-----

1 – Aprovar os trabalhos complementares no valor de 18.685,00€, ao qual acresce a taxa de IVA em vigor, a que corresponde uma percentagem relativamente ao contrato inicial de 5,14%, inferior portanto ao máximo estipulado na alínea b) do n.º 2 do artigo 370º do Código dos Contratos Públicos, que são 10%.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta nos seus precisos termos e proceder em conformidade com a mesma. -----

Ponto 12 - Substituição de Sistema de Distribuição Pública de Água e Respetiva Pavimentação em Cerdeiral - Panoias de Baixo e Paiviegas - Aprovação do Novo Plano de Trabalhos e Prorrogação do Prazo de Execução. -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 461/2021

Considerando que, -----

1 – A empreitada de obra pública, adjudicada à empresa Opualte – Construções, S.A., e o prazo de execução (30 dias) inicialmente previsto e objeto de contrato foi ultrapassado; -----

2 – Os trabalhos decorrem com os constrangimentos impostos pelas medidas preconizadas pelo combate à pandemia do Covid-19; -----

3 – Os constrangimentos impostos pelas medidas preconizadas pelo combate à pandemia Covid-19, têm implicações diretas e indiretas na prossecução normal dos trabalhos, bem como a falta do necessário licenciamento pela Agência Portuguesa do Ambiente, para as passagens hidráulicas previstas, embora o Município já tenha efetuado o respetivo pedido na plataforma do SILIAMB em 9/9/2020; -----

4 – Ambas as partes reconhecem que estas ocorrências tiveram como consequência o abrandamento do ritmo dos trabalhos, por impossibilidade de realizar os mesmos, pelo que a empresa enviou um novo plano de trabalhos atualizado, com previsão de conclusão de todos os trabalhos, no prazo de 30 dias, fixando o término da obra no dia 7 de maio de 2021, que se anexa e faz parte integrante desta proposta; -----

6 – Ao Município da Guarda incumbe o poder-dever de salvaguardar o interesse público da boa execução e do respetivo dispêndio de dinheiros públicos; -----

7 – Circunstâncias que, todas elas ponderadas, impõem ao Município da Guarda o dever de reponderar o plano de trabalhos, devendo consequentemente, o empreiteiro proceder ao ajustamento do plano de trabalhos, nos termos estritamente necessários à execução dos trabalhos em falta que não foi possível executar. -----

Tenho a honra de remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de *deliberar*: -----

- Aprovar o novo plano de trabalhos proposto pelo empreiteiro e respetiva prorrogação de prazo de 30 dias, por uma única vez, de acordo com o disposto no artigo 361º do Código dos Contratos Públicos. -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta nos seus precisos termos e proceder em conformidade com a mesma. -----

ENCERRAMENTO

As deliberações constantes desta ata foram aprovadas em minuta, para efeitos de executoriedade imediata. -----

Não havendo mais nada a tratar o senhor Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezasseis horas e trinta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelo Presidente, e por mim, Diretora do Departamento de Administração e Coordenação Geral, que a subscrevi.-----